

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CADERNO DE GESTÃO

EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS



FICHA TÉCNICA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO – MEC

Leonardo Barchini

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO – SECADI/MEC

Zara Figueiredo

COORDENAÇÃO DO PROJETO E ORGANIZAÇÃO EDITORIAL

Marina Pan Chacon Liberman

Bruno de Castro Rozenberg

AUTORES

Lucio Cruz

Mariana Campos

Fernanda Marques

Natália Sátyro

Eloisa Vidal

Sofia Lerche Vieira

Lauana Simplicio

Cléa Maria da Silva Ferreira

Daniella Rocha Magalhães

Elvio Cotrim

Julia Ribeiro

Lara Simielli

Carolina Campos

Maria Luíza Alessio

Renata Grinfeld

Ana Lorena Bruel

Valéria Lopes

REVISÃO CRÍTICA

Bruno de Castro Rozenberg

Caio de Oliveira Callegari

Emília Lucy Nogueira Marinho

Flávia Costa Oliveira

Guilherme Ferreira Soares

Karoline Belo

Lucas Fernandes Hoogerbrugge

Lucio Cruz

Maria Angélica Paixão Frazão

Mariana Campos

Marília de Pádua Carvalho Dantas

Marina Pan Chacon Liberman

APOIO TÉCNICO

Alice Pinheiro Cravo

Aline Fernandes de Paula Freitas

Arthur Eduardo de Oliveira Moraes

Jaqueline Vitoria Leite Novoletti

Ludmila Soares Toledo

DESIGN E DIAGRAMAÇÃO

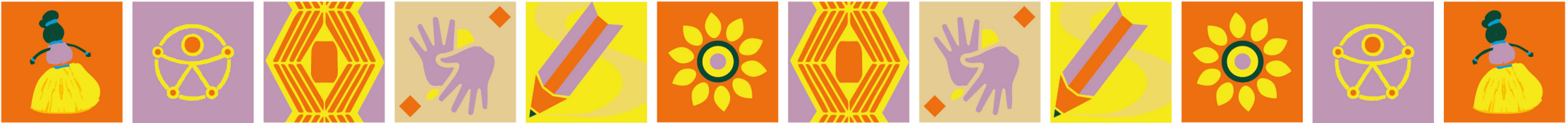
Arthur Eduardo de Oliveira Moraes

Renato Carbone (Raf Editoria)

REVISÃO TEXTUAL

Carmen Nascimento

Mauro de Barros



Direitos Autorais

© Ministério da Educação, 2026.

Este documento pode ser reproduzido e distribuído, no todo ou em parte, desde que citada a fonte.
Proibida a comercialização.

Sumário executivo

O reconhecimento da Educação Bilingue de Surdos (EBS) enquanto modalidade escolar reflete o compromisso ético e político com a diversidade linguística e com o direito de aprender sem barreiras. Ela reforça, portanto, o entendimento da **cultura surda**, baseada na experiência visual e na Libras como língua de referência, e do protagonismo surdo, assegurando que suas expectativas e necessidades orientem a organização da oferta, o currículo, os materiais didáticos e as práticas pedagógicas.

A EBS pode se organizar em alguns formatos, como **Escola Bilíngue de Surdos, Escolas-Polo e Classe/Turma Bilíngue (inclusive multisseriada)**. Já o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço de apoio complementar e/ou suplementar. Nesse sentido, a **política linguística e comunicacional e a infraestrutura** são pontos-chave para as redes. Os espaços das escolas devem favorecer a **comunicação visual** e contar com recursos adequados. Além disso, a Libras deve ser a língua de instrução, interação, comunicação e ensino em todas as disciplinas, articulada com a língua portuguesa escrita como segunda língua.

Ou seja, a **política linguística em Língua de Sinais** é central para a gestão dessa modalidade.

Existem alguns desafios centrais para a oferta da EBS. Um deles é garantir professores – surdos ou ouvintes – fluentes em Libras, que são os responsáveis diretos pelo processo pedagógico. Além deles, faz-se necessária a presença de uma equipe plural de profissionais bilíngues fluentes em Libras. As redes devem, portanto, fazer um planejamento adequado das formações, tanto inicial como continuada. Por fim, outro desafio ao qual os gestores devem estar atentos diz respeito à avaliação e ao monitoramento da aprendizagem, que devem contar com instrumentos que respeitem as características da modalidade.

A seguir, apresentamos de forma sintética alguns destaques das recomendações para cada dimensão da gestão educacional. Convidamos, contudo, à leitura atenta de cada capítulo para ampliar a compreensão e identificar os caminhos possíveis para a sua rede.

RELAÇÕES FEDERATIVAS

O regime de colaboração entre União, Distrito Federal, estados e municípios é fundamental para a boa execução de políticas educacionais em um país descentralizado.

O Capítulo 4 indica a importância de se avançar na estruturação da governança desta modalidade, consolidando instâncias nos três níveis da Federação. A seção também sugere caminhos para cooperação territorial – por exemplo, por meio de consórcios para resolver desafios comuns, como formação de professores, planejamento pedagógico e gestão escolar. Inicialmente, as redes devem mapear suas demandas, organizar as turmas da EBS e, na sequência, mobilizar assistência técnica, pedagógica e financeira da União, o que pode ser feito por meio de instrumentos como, por exemplo, o Plano de Ações Articuladas (PAR) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

PLANEJAMENTO

O planejamento da EBS precisa ser pensado de forma participativa e respeitando os princípios da equidade, inclusão e diversidade.

O Capítulo 5 apresenta a importância do planejamento estratégico como um processo contínuo da gestão. No caso da EBS, ele deve ser orientado para responder às demandas das Comunida-

des Surdas e do Povo Surdo, envolvendo-a em todas as etapas de formulação e implementação da política. Algumas práticas podem apoiar no processo, como a integração com outras pastas (Saúde, Assistência Social, Cultura, Comunicação etc.). Outro ponto é articular o planejamento da rede (planos de ação, mobilização da participação social, entre outros) com o planejamento escolar (currículo, práticas pedagógicas e organização do espaço).

FINANCIAMENTO

O mapeamento das demandas dos territórios e a compreensão dos custos reais da oferta diversificada de modelos da EBS são os primeiros passos para estruturar um planejamento orçamentário que possibilite uma educação mais justa e equitativa.

O Capítulo 6 explica a arquitetura do financiamento da educação, com especial foco nas vinculações de recursos, nos programas federais suplementares, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e na complementação da União. No caso



da EBS, evidencia que o PDDE Equidade, por meio do Programa Sala de Recursos Multifuncionais e do Programa Diversidades, é fundamental para a descentralização de recursos para as escolas, incluindo verbas para Salas de Recursos Multifuncionais e Bilingue de Surdos e para materiais literários e pedagógicos. Além da redistribuição de recursos, essa seção traz a discussão de equidade no planejamento e na gestão orçamentária.

MATRÍCULA E COMPOSIÇÃO DE TURMAS

As redes devem criar mecanismos para facilitar o processo de matrícula, oferta e enturmação, de modo a garantir os direitos educacionais e acolher as trajetórias plurais dos estudantes.

O Capítulo 7 mostra que os processos de matrícula e de organização de turmas são processos pedagógicos, com alto grau de autonomia no nível das redes e das escolas, que determinam a concretização dos direitos educacionais. Para tornar a oferta mais justa, existem alguns caminhos que podem ser seguidos, como matrícula imediata e contínua, busca ativa com agentes comunitários e em parceria com outras secretarias e a organização de turmas considerando modelos como classes multisseriadas ou nuclearização com política de transporte adequada. Também é importante a articulação com outras secretarias e programas para garantir acesso e permanência, bem como com universidades para formação de professores e produção de materiais didáticos, por exemplo.

ALOCUÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A distribuição equitativa e estratégica dos profissionais da educação é peça-chave para garantir uma oferta educacional de qualidade no âmbito da Educação Bilingue de Surdos.

O capítulo 8 evidencia a heterogeneidade na alocação de professores com formação adequada, tanto em termos regionais quanto entre modalidades educacionais. Nesse sentido, é recomendado que a rede estabeleça incentivos financeiros e não financeiros para atrair e reter os professores mais qualificados de formação para as escolas de difícil lotação ou alta vulnerabilidade. Para garantir mais equidade educacional, essa alocação pode ser centralizada na rede, articulando o seu planejamento de acordo com as necessidades específicas de cada unidade escolar e com os diversos modelos de oferta. É importante levar em conta o desafio de garantir a oferta necessária de profissionais com formação específica em Libras.

FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

As formações continuadas devem estar vinculadas aos principais desafios e lacunas das redes educacionais, evidenciados pelas avaliações e pelo diálogo contínuo com as escolas.

O Capítulo 9 aponta que a formação é um processo contínuo, que deve ocorrer de forma regular no contexto de trabalho.

Esse cenário se torna ainda mais complexo a partir do momento em que muitos docentes e profissionais da educação não têm fluência plena em Libras e desconhecem a cultura surda. Recomenda-se que as redes proponham formações que ensinem os conceitos sobre EBS, ofertem formação linguística contínua em Libras, deem protagonismo a professores e formadores surdos e utilizem tecnologias educacionais de forma estratégica na formação docente.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

As redes devem planejar o monitoramento e a avaliação de forma coerente com as necessidades da comunidade surda e com os diversos modelos de oferta da EBS.

O Capítulo 10 discorre sobre o monitoramento ser um processo contínuo que envolve toda a comunidade escolar e serve de suporte para a avaliação e o aprimoramento das políticas educacionais. A rede precisa conhecer e utilizar os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além daqueles fornecidos pelos sistemas estaduais

e municipais. Em muitos casos, é necessário que a rede crie indicadores que ainda não existem e que são fundamentais para a formulação, acompanhamento e avaliação de seus programas. Outro eixo fundamental é instituir mecanismos específicos de monitoramento e avaliação da aprendizagem, que podem incluir avaliações diagnósticas e formativas, rotinas de devolutivas pedagógicas e momentos de reflexão coletiva, ações que também contribuem para a formação continuada dos profissionais da rede.



1. Apresentação

Uma breve análise do lugar das modalidades na agenda da política educacional nos permite afirmar que, embora tenhamos avançado bastante na formação de professores, seja inicial ou continuada, há ainda, em alguma medida, uma lacuna relativa à gestão das modalidades. Ainda são escassas as iniciativas em redes de ensino que implementaram desenhos de gestão das modalidades, considerando suas particularidades.

Geralmente, o que se assiste no funcionamento das redes de ensino são lógicas universalistas de planejamento, de processos avaliativos, de organização de tempos, espaços e territórios, que não apenas desconsideram aspectos próprios das modalidades, mas também dificultam o próprio cumprimento do direito à educação dos grupos que compõem o público das modalidades.

Nesse sentido, os Cadernos de Gestão das Modalidades Educacionais são parte de uma coletânea organizada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC). A iniciativa tem como objetivo contribuir com o debate público e oferecer subsídios às redes de ensino para a formulação, implementação e monitoramento de políticas, programas, processos

e práticas de gestão para a promoção da equidade educacional. Para isso, foram produzidos seis cadernos, com foco na Educação Básica, correspondentes às seguintes modalidades: **Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena, Educação Especial Inclusiva e Educação Bilingue de Surdos.**

Essas publicações foram pensadas para apoiar os gestores das secretarias estaduais, distrital e municipais de Educação no trabalho de garantia do direito ao acesso, permanência e aprendizagem aos estudantes atendidos em cada modalidade educacional. Para isso, o conteúdo dos cadernos foi estruturado de forma a conectar saberes teóricos e marcos normativos à educação aplicada, tendo em vista os desafios e especificidades que fazem parte do dia a dia da gestão das modalidades. Cabe destacar que as reflexões e recomendações aqui apresentadas buscam contemplar a diversidade de contextos dos entes federativos, servindo de insumos para redes de pequeno, médio e grande portes.

A publicação é fruto do trabalho conjunto e matricial de especialistas de cada área e que, a convite da Secadi, contribuíram com seus conhecimentos teórico e prático, no campo da gestão edu-

cacional, possibilitando reflexões e propostas significativas para a melhoria da oferta das modalidades educacionais.

Cada caderno é composto por um sumário executivo, que reúne os principais aprendizados e recomendações de seus capítulos, além desta apresentação e de uma seção dedicada à intersecção entre as modalidades educacionais e aos temas a elas transversais. Em seguida, apresenta-se um capítulo sobre as diretrizes da respectiva modalidade, cujo objetivo é oferecer ao leitor uma visão de conceitos fundamentais e marcos legais, bem como aprofundar a análise dos principais desafios de gestão relacionados à formulação e à implementação de políticas e ações voltadas para a modalidade.

Após a contextualização da modalidade, cada caderno apresenta uma sequência de capítulos que trazem subsídios sobre sete dimensões de gestão: **1. Relações federativas; 2. Planejamento; 3. Financiamento; 4. Matrícula e composição de turmas; 5. Alocação de profissionais; 6. Formação de profissionais; e 7. Avaliação e monitoramento da educação.** Vale destacar que cada uma dessas dimensões traz conceitos, desafios e caminhos possíveis para apoiar os gestores, considerando as especificidades de cada modalidade. É importante destacar que **os capítulos refletem unicamente a opinião dos autores** e que, ao longo dos cadernos, são apresentados dados e informações tendo como recorte temporal o ano de 2025.

Outro aspecto a ser considerado é que os seis cadernos são materiais de apoio às redes, que têm a responsabilidade legal da oferta de todas as modalidades educacionais. Além disso, como será

abordado adiante, um mesmo estudante pode ser parte de mais de uma modalidade de forma concomitante. Por isso, incentivamos os gestores a realizar uma leitura atenta desse material e, sobretudo, a envolver as diferentes equipes que compõem as secretarias no debate e na implementação das propostas aqui apresentadas.



Convidamos os leitores a visitar a página da Secadi/MEC dedicada à gestão educacional para equidade em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/gestao-educacional-para-equidade>.



Para outras informações sobre ações, diretrizes e dados específicos sobre a Educação Bilingue de Surdos, acessem: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/setembro/iniciativas-do-mec-fortalecem-a-educacao-da-comunidade-surda>.

Por fim, mas não menos importante, queremos explicitar nosso afeto e agradecimento especial a cada um dos especialistas que colaboraram para a elaboração deste inédito e importante material.

Esperamos que ele seja uma ferramenta ativa, que permita reflexões e mudanças concretas nas redes de ensino, de modo a garantir o direito à educação, com garantia de princípio de qualidade, há muito expresso nos textos legais!

Boa leitura!



2. Transversalidade das Modalidades educacionais

Ainda que esta coletânea esteja organizada em seis cadernos autônomos, correspondentes às modalidades educacionais, ela foi concebida para uso integrado e estratégico pelas redes de educação pública. Essa abordagem contribui para evitar a fragmentação de políticas e ações, promovendo uma oferta educacional articulada, coerente e orientada à plena garantia dos direitos educacionais.

Cada modalidade educacional possui suas especificidades e, por isso, conta com diretrizes, políticas e normativas próprias. No entanto, há desafios compartilhados, cujas soluções e experiências podem inspirar avanços entre diferentes modalidades. Isso permite que o planejamento das redes seja feito de forma mais coerente e estratégica, evitando que elas sejam abordadas de forma pontual e isolada nos estados, no Distrito Federal e nos municípios.

Outro aspecto central nas práticas de gestão educacional é o reconhecimento de que um mesmo estudante pode ser, simultaneamente, atendido por mais de uma modalidade educacional. Pensá-las de forma integrada, portanto, significa reconhecer identidades múltiplas e assegurar uma oferta educacional que

responda, de maneira efetiva, às diferentes realidades e necessidades de cada estudante.

As intersecções entre as seis modalidades educacionais são diversas e se manifestam de múltiplas formas no cotidiano das redes de ensino. Mas, para facilitar a compreensão, serão apresentados alguns exemplos. Entre o público da educação de jovens e adultos, isto é, das pessoas que não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio na idade adequada, há uma proporção mais elevada de pessoas com deficiências. Diante desse cenário e de modo a garantir os direitos educacionais de todos, as redes de ensino devem garantir a oferta de Educação Especial Inclusiva nas turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), identificando e eliminando quaisquer barreiras que restrinjam ou impeçam o acesso, a permanência, a aprendizagem e a participação desses estudantes.

Outra intersecção possível está na Educação Bilingue de Surdos (EBS) com a Educação do Campo. Na organização da oferta educacional para estudantes público da EBS em escolas situadas em territórios do campo, o Projeto Político-Pedagógico, o currículo e os materiais pedagógicos devem considerar suas



especificidades linguísticas, identitárias, culturais e contextos de vida, assegurando professores bilíngues e a Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino. Ao mesmo tempo, a proposta pedagógica deve dialogar com as características sociais, culturais e produtivas das populações do campo, valorizando os saberes locais, as relações com o território e os modos de vida desses estudantes e de suas famílias. Nos casos em que não houver disponibilidade de professores bilíngues ou de pares surdos na própria comunidade, as redes de ensino devem garantir o acesso a escolas ou classes bilíngues de surdos, inclusive por meio da oferta de transporte escolar adequado para o deslocamento dos estudantes.

Outro exemplo ilustrativo é a intersecção entre as modalidades da Educação Escolar Indígena e da Educação de Jovens e Adultos. Ao estruturar turmas de EJA em escolas indígenas, é fundamental que o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o currículo e os materiais pedagógicos sejam formulados partindo das necessidades, expectativas e experiências dos jovens, adultos e idosos indígenas, incluindo a perspectiva das relações com o mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, esses instrumentos devem estar baseados nas especificidades do território etnoeducacional em questão, respeitando a cultura, os valores e o modo de viver desses estudantes.

Essas intersecções acabam gerando implicações práticas na gestão das redes, como a necessidade de se criar um planejamento estratégico de políticas ou ações voltadas para estudantes atendidos por mais de uma modalidade ao mesmo tempo. Ou, ainda, garantir políticas de formação continuada para os profissionais da educação que foquem na diversidade cultural, na inclusão, na

educação em direitos humanos e nos desafios específicos e compartilhados das modalidades.

Essa transversalidade também implica como construir currículos, avaliações, calendários e materiais didáticos que reconheçam e valorizem toda essa diversidade. Como será abordado adiante, turmas multisseriadas, calendários próprios e tempos e espaços flexíveis fazem parte da realidade de estudantes quilombolas, indígenas e do campo, por exemplo, e isso deve se refletir na organização da oferta do ensino.

Por isso, os gestores e as gestoras devem primeiramente fazer um levantamento adequado da realidade de suas redes, entendendo a fundo quem são os sujeitos que as compõem e quais são os seus contextos. Esses cadernos buscam justamente orientar nesse processo de diagnóstico e de busca por caminhos possíveis para aprimorar a gestão das modalidades.

Buscar a efetiva implementação das modalidades significa, portanto, garantir a perspectiva de equidade na educação. Isso implica que as redes educacionais precisam organizar suas equipes, planejar suas políticas e programas e distribuir recursos partindo do reconhecimento amplo das diferenças socioculturais, étnicas, linguísticas, entre outras. Nesse sentido, as redes precisam considerar de forma articulada temáticas que são transversais, como a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação para as relações étnico-raciais. Ao longo dos capítulos, esses cadernos buscarão diálogos com esses eixos, que, junto às modalidades, são fundamentais para garantir uma educação mais justa e equitativa.

3. Diretrizes sobre a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos

Lucio Cruz Silveira Amorim¹

Mariana de Lima Isaac Leandro Campos²

A Educação Bilíngue de Surdos (EBS) não se configura apenas como escolha metodológica, mas também como compromisso ético e político com a diversidade linguística e com o direito à aprendizagem sem barreiras. Trata-se de modalidade escolar específica, com princípios próprios, que exige a garantia da Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino em todas as disciplinas, articulada à língua portuguesa escrita como segunda língua (L2). Essa organização linguística deve orientar o currículo, as metodologias, os instrumentos de avaliação e as práticas pedagógicas, assegurando ambiente escolar linguisticamente adequado aos estudantes surdos, Público-Alvo da Educação Bilíngue de Surdos (PAEBS).

Esse reconhecimento, incorporado à Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, estabelece que diferenças linguísticas, identitárias e culturais devem ser compreendidas como fundamentos para políticas educacionais e linguísticas que promovam equidade, pertencimento e justiça social, e não como barreiras ou mecanismos de segregação. A Educação Bilíngue de Surdos, reconhecida pela Lei nº 14.191/2021 como modalidade escolar³ integrante das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, constitui marco político, linguístico e pedagógico na garantia dos direitos linguísticos e dos direitos humanos da população surda brasileira.

1. Professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e coordenador do Núcleo de Educação Especial e Libras (NEEL). Atua na área de Educação Bilíngue de Surdos, com foco em Libras e políticas educacionais.

2. Docente da Universidade Federal de São Carlos e Diretora de Política Educacional e Linguística da Feneis.

3. Referências normativas que fundamentam a Educação Bilíngue de Surdos incluem, entre outras, a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), o PNE (Lei nº 13.005/2014) e a Lei nº 14.191/2021. Esses marcos fornecem base normativa sólida para a organização dos sistemas de ensino.

Os processos avaliativos também constituem um dos principais gargalos da gestão da modalidade, especialmente quando organizados exclusivamente em língua portuguesa escrita ou sem considerar a Libras como língua de acesso, expressão e construção do conhecimento.

Além disso, a cultura surda constitui o conjunto de práticas sociais, valores, saberes, formas de expressão e modos de compreender o mundo que marcam a identidade das pessoas surdas. Está fundamentada na experiência visual e na Libras como língua de referência, possibilitando a construção de significados, interações e percursos próprios de aprendizagem e convivência, abrangendo manifestações artísticas, literárias, políticas, educacionais e organizacionais que fortalecem a identidade surda.

Reconhecer e valorizar a cultura surda em todos os processos educacionais deve ser condição indispensável para garantir o direito à diferença, a equidade e a participação plena. Isso significa compreender que a cultura não se limita a eventos pontuais, mas deve orientar o currículo, as metodologias, os materiais didáticos e a organização dos ambientes. A presença de professores surdos, como referências linguísticas e culturais, fortalece o pertencimento, amplia o repertório visual e contribui para a construção de modelos positivos de aprendizagem e convivência.

O protagonismo surdo deve ser reconhecido e valorizado, assegurando que suas experiências, expectativas e necessidades

orientem a organização pedagógica e a gestão escolar. As escolas e redes de ensino devem planejar ambientes que respeitem essas especificidades culturais e linguísticas, considerando iluminação adequada, sinalização visual, recursos visuais e espaços que favoreçam a comunicação em Libras. Garantir que a Libras esteja presente em todos os espaços, tempos e práticas institucionais é essencial para consolidá-la como eixo estruturante da organização pedagógica da modalidade e para promover um ambiente verdadeiramente bilíngue e culturalmente adequado.

A Educação Bilíngue de Surdos organiza-se a partir de uma estrutura matricial de gestão, fundamentada no regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios, no qual a modalidade é o eixo central que articula os diferentes níveis de governo, os sistemas de ensino e a participação social.

No plano nacional, o Ministério da Educação exerce a coordenação da política, assegurando, na legislação e nas diretrizes educacionais, o direito à educação em Libras. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) é responsável pelas modalidades e pela indução das políticas públicas, enquanto a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPEBS) atua diretamente na Educação Bilíngue de Surdos, elaborando orientações pedagógicas, diretrizes curriculares e ações voltadas à formação de professores surdos e professores bilíngues fluentes em Libras e à organização das escolas e turmas bilíngues de surdos.





No âmbito dos estados, em articulação com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), são desenvolvidas ações regionais de acompanhamento, apoio às redes municipais e formação de profissionais bilíngues e fluentes em Libras, garantindo a implementação da modalidade conforme as diretrizes nacionais. **Aos municípios**, com apoio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e do Consed, cabe a oferta direta da Educação Bilingue de Surdos nas escolas, assegurando currículo específico, acesso linguístico e condições de aprendizagem adequadas às especificidades linguísticas, identitárias e culturais dos estudantes PAEBS.

Essa estrutura federativa é sustentada por mecanismos de monitoramento e avaliação, por meio da construção de indicadores próprios da modalidade, que permitam acompanhar os tipos de

oferta, as etapas da educação, o currículo, os materiais didático-pedagógicos, a formação dos profissionais e a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, a distribuição das escolas bilíngues de surdos no território nacional evidencia diferenças regionais na oferta da modalidade, o que reforça a necessidade de uma gestão matricial que considere as especificidades locais e territoriais. A tabela a seguir mostra a distribuição da oferta da Educação Bilingue de Surdos por região do Brasil, diferenciando **escolas bilíngues** e **classes bilíngues**. Há 44 escolas bilíngues no total, com maior número nas regiões Sul e Sudeste, e presença também nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Já as classes/turmas bilíngues somam 744, sendo 79% na rede pública e 21% na rede privada. Elas estão distribuídas em 130 escolas nas 5 regiões do país, mostrando como a modalidade se organiza tanto por meio de escolas específicas quanto por classes bilíngues dentro das redes de ensino.

A partir dessa estrutura matricial, as Secretarias de Educação e as escolas colocam a política em prática, organizando a oferta e os ambientes linguísticos em Libras e garantindo profissionais qualificados e fluentes em Libras. A formação de professores bilíngues é parte essencial desse processo, pois sustenta a qualidade da modalidade. Todo esse organograma existe para assegurar que os estudantes surdos tenham acesso real ao currículo específico, aprendam em Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino, e tenham seu pertencimento linguístico e cultural respeitado.

Tabela: Quantidade de escolas e classes bilíngues por região

Região	Quantidade Escolas Bilíngues	Região	Escolas base com oferta de classes/turmas bilíngues
Centro-Oeste	1	Centro-Oeste	29
Nordeste	8	Nordeste	31
Norte	1	Norte	13
Sudeste	15	Sudeste	27
Sul	19	Sul	30
Total Geral	44	Total Geral	130

Fonte: Inep/DIPEBS (2024)

A implementação da Educação Bilíngue de Surdos requer professores regentes bilíngues, surdos ou ouvintes fluentes em Libras, e profissionais bilíngues fluentes em Libras, com formação inicial e continuada que contemple metodologias bilíngues e o ensino da língua portuguesa escrita como segunda língua (L2). A formação desses profissionais deve estar alinhada às especificidades linguísticas, identitárias, culturais e cognitivas dos estudantes PAEBS. Além dos professores bilíngues, atuam

na modalidade profissionais com funções pedagógicas e técnicas específicas: o instrutor surdo, de nível médio ou superior, responsável por lecionar Libras como primeira língua (L1) e oferecer atividades extracurriculares em Libras à comunidade escolar; o tradutor e intérprete surdo, habilitado para traduzir e interpretar entre a língua portuguesa escrita e a Libras e vice-versa, incluindo interpretações intermodais entre Libras e outras línguas de sinais; o instrutor mediador, que assegura a mediação comunicacional,



espacial e social de estudantes surdos-cegos, utilizando Libras tátil e outras formas de comunicação adequadas às condições sensoriais, garantindo participação e autonomia; o tradutor e intérprete de Libras/língua portuguesa, de nível superior, responsável pela tradução e interpretação entre Libras e língua portuguesa em situações que envolvam o diálogo entre professores surdos e famílias; e o guia-intérprete, especializado na interpretação e mediação para estudantes surdos-cegos, surdos com baixa visão ou em condições que demandem essa atuação, operando diferentes modalidades comunicacionais, como língua de sinais tátil, alfabeto manual tátil, escrita na palma da mão e descrições visuais. Cada profissional possui atribuições próprias e não substitui o papel do professor regente bilíngue e fluente em Libras, responsável direto pelo processo pedagógico.

Nesse contexto, torna-se fundamental que as redes de ensino instituam banca avaliadora específica para a seleção e contratação de profissionais da Educação Bilíngue de Surdos, considerando não apenas certificados formais, mas também a fluência em Libras, a prática pedagógica coerente com a cultura surda e o domínio dos princípios da pedagogia surda. A ausência de processos avaliativos adequados para aferir essas competências constitui gargalo recorrente da gestão educacional e impacta diretamente a qualidade da oferta da modalidade.

O fortalecimento do currículo implica assegurar a oferta das diferentes áreas do conhecimento em Libras, evitando a redução da Educação Bilíngue de Surdos ao ensino da Libras como L1 e



da língua portuguesa escrita como L2. A modalidade escolar da Educação Bilíngue de Surdos se organiza em diferentes formas institucionais, todas estruturadas com base na centralidade da Libras, da cultura surda e na perspectiva bilíngue.

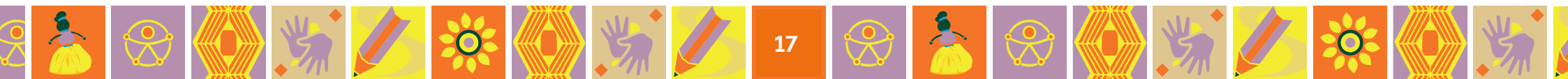
A **Escola Bilíngue de Surdos** deve ofertar ensino regular com proposta pedagógica bilíngue, contar com professores regentes e profissionais fluentes em Libras e dispor de currículo específico alinhado às dimensões linguísticas, identitárias, culturais e cognitivas dos estudantes PAEBs.

O quadro a seguir mostra visualmente a diferença entre os modelos de educação para uma melhor compreensão e evitar equívocos.



Quadro: Diferentes modelos e suas características

Modelo	Características
Escola Bilíngue de Surdos	• Ensino regular em Libras como L1. • Professor regente bilíngue, surdo ou ouvinte (fluente em Libras). • Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino na sala de aula. • A Cultura Surda e o Protagonismo Surdo são valorizados. • Ambiente visual e cultural surdo. • Atendimento Educacional Especializado (AEE) como serviço complementar e/ou suplementar para atender quem necessita. • Equipe qualificada bilíngue.
Classe/Turma Bilíngue de Surdos	• Ensino regular em Libras como L1. • Professor regente bilíngue, surdo ou ouvinte (fluente em Libras). • Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino na sala de aula. • A Cultura Surda e o Protagonismo Surdo são valorizados. • Atendimento Educacional Especializado (AEE) como serviço complementar e/ou suplementar para atender quem necessita.
Escola-Polo de Educação Bilíngue de Surdos	• Unidade referência territorial. • Polo que atende alunos de outras cidades menores. • Oferta estruturada da modalidade. • Equipe qualificada bilíngue. • Ambiente linguístico completo em Libras. • Atendimento Educacional Especializado (AEE) como serviço complementar e/ou suplementar para atender quem necessita.



O Atendimento Educacional Especializado (AEE) não substitui o ensino regular em Libras nem desempenha o papel de classe/turma bilingue. Suas atividades devem priorizar o desenvolvimento da autonomia do estudante, o acesso a recursos visuais e tecnológicos, o uso de materiais acessíveis e o fortalecimento das condições necessárias para que o aluno participe plenamente das práticas pedagógicas da classe/turma bilingue. **Cabe à rede de ensino garantir que o AEE, como serviço complementar e/ou suplementar, seja planejado para atender às demandas específicas da experiência visual e da cultura surda, oferecendo atendimentos em Libras, com profissionais qualificados e fluentes em Libras, e materiais adequados, sem que o espaço seja utilizado como substituto da escolarização bilingue.**

Os materiais didáticos bilingues devem ser elaborados considerando as especificidades dos estudantes PAEBS, apresentando conteúdos em Libras e em língua portuguesa escrita de forma articulada. Sua construção deve respeitar as formas de percepção, expressão e cognição ancoradas na experiência visual e na materialidade da língua de sinais, assegurando recursos pedagógicos alinhados à cultura surda e às práticas bilingues. A produção e disponibilização desses materiais constituem responsabilidade das redes de ensino e da gestão escolar, devendo garantir condições linguísticas adequadas, qualidade pedagógica e coerência com os princípios da Educação Bilingue de Surdos.

O termo estudantes Público-Alvo da Educação Bilingue de Surdos (PAEBS) deve abranger pessoas surdas, surdas-cegas, surdas com outras deficiências associadas, surdas com altas habilidades/superdotação⁴, bem como pessoas com deficiência auditiva que têm a Libras como referência linguística.

Essa definição reconhece a diversidade do público e estabelece a necessidade de ambientes bilingues adequados às suas formas de comunicação, aprendizagem e convivência, garantindo que todos os estudantes tenham assegurado o direito ao acesso ao conhecimento em sua primeira língua e em coerência com a cultura surda.

A classe/turma bilingue de surdos deve ser composta por professor regente bilingue, surdo ou ouvinte fluente em Libras e por estudantes PAEBS, que atuam como pares linguísticos. A presença de estudantes surdos que utilizam Libras como primeira língua (L1) é essencial para garantir o ambiente linguístico necessário ao desenvolvimento visual, comunicativo e social dos alunos surdos. Não se caracteriza como classe/turma bilingue aquela em que há apenas a presença de tradutor e intérprete de Libras ou a integração de alunos ouvintes no mesmo grupo pedagógico. A centralidade da Libras no processo de ensino deve assegurar interação direta, desenvolvimento acadêmico e fortalecimento da identidade surda e da cultura surda.

.....
4. Neste caderno, os autores optaram pelo uso do termo "altas habilidades/superdotação". Contudo, cabe salientar que o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, alterado pelo Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, adota o termo "altas habilidades ou superdotação", em conformidade com os apontamentos jurídicos de melhor técnica de redação normativa.

Na Educação Bilíngue de Surdos, os eixos da Educação em Direitos Humanos, da Educação Ambiental e da Educação para as Relações Étnico-Raciais constituem fundamentos da formação integral, orientados à construção da consciência cidadã, ao conhecimento dos próprios direitos e ao enfrentamento das desigualdades, discriminações e violências na escola e na sociedade. Esses eixos devem ser desenvolvidos por meio de práticas pedagógicas linguísticas e culturalmente coerentes com a cultura surda, tendo a Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino e a experiência visual como base do processo educativo.

A Educação Bilíngue de Surdos deve se articular de forma interseccional às demais modalidades e políticas da Secadi, considerando a diversidade das comunidades surdas, como estudantes indígenas, quilombolas, jovens e adultos, entre outros. No âmbito da Educação Escolar Indígena, essa articulação deve respeitar as especificidades culturais e linguísticas, com o reconhecimento das Línguas Indígenas de Sinais (LIS) como línguas de instrução nos contextos próprios, em consonância com os princípios da educação bilíngue de surdos.

A gestão escolar desempenha papel estratégico na estruturação da Educação Bilíngue de Surdos e deve assegurar ações que incluam o planejamento dos espaços visuais e culturais, a aquisição de materiais didáticos e pedagógicos bilíngues, a definição da equipe docente, a oferta de formação continuada, a organização da sinalização visual e luminosa, a implanta-

ção de laboratório de filmagem e edição de vídeos em Libras e a garantia do uso da Libras em todos os momentos escolares e avaliações.

A gestão escolar deve preparar-se antes mesmo da chegada do estudante surdo, criando condições reais para que a escola funcione como ambiente bilíngue, acessível e acolhedor. Esse preparo inclui planejamento antecipado de equipe, espaços, materiais e parcerias com universidades e associações de surdos.

Como toda política pública, a Educação Bilíngue de Surdos deve considerar as diferentes realidades do país. O Brasil reúne contextos diversos, como regiões metropolitanas, cidades do interior e zonas rurais, cada qual com suas condições de organização e oferta de profissionais. Em grandes centros urbanos, há maior disponibilidade de professores surdos, professores ouvintes bilíngues e fluentes em Libras, intérpretes, guias-intérpretes e recursos tecnológicos. Já em localidades menores ou mais afastadas, a gestão enfrenta desafios específicos, que envolvem a formação de profissionais, a oferta de classes/turmas bilíngues, o uso de recursos visuais, a busca ativa de estudantes surdos e a criação de estratégias flexíveis para garantir atendimento adequado. **A gestão escolar e as redes de ensino devem, portanto, planejar ações que respeitem essas diferenças territoriais,** assegurando que todos os estudantes PAEBS tenham acesso à escolarização bilíngue em condições de equidade.

A Educação Bilíngue de Surdos envolve dimensões interdependentes que devem ser consideradas de forma articulada: relações federativas, planejamento, financiamento, matrícula, formação e

alocação de profissionais e avaliação e monitoramento. A gestão escolar e as redes de ensino devem assegurar a integração dessas dimensões como condição necessária para a efetividade da modalidade. O presente caderno organiza cada uma delas com vistas a apoiar gestores na implantação, expansão e consolidação da Educação Bilíngue de Surdos em seus territórios, garantindo coerência, qualidade e sustentabilidade das ações.

Dessa forma, esta introdução cumpre o papel de situar os princípios estruturantes da modalidade da Educação Bilíngue de Surdos, destacando seus fundamentos pedagógicos, linguísticos e

normativos. Para apoiar a atuação de gestores, equipes escolares e formuladores de políticas, as demais seções deste caderno apresentam, de maneira matricial, as oito dimensões que organizam a modalidade, cada uma delas aprofundada por especialistas da área. Recomenda-se, portanto, a leitura integrada das dimensões subsequentes, uma vez que os elementos expostos não operam de forma isolada, mas se articulam e se complementam, compondo um referencial coeso para o planejamento, a gestão, o monitoramento e a avaliação da Educação Bilíngue de Surdos no âmbito dos sistemas de ensino.



4. Relações federativas

Fernanda Marques⁵

Natália Sátyro⁶

A Constituição Federal de 1988 transformou a forma de organizar o Estado e a sociedade brasileira. Ao instituir o país como uma federação, descentralizou o poder político e reconheceu a autonomia da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na formulação e execução das políticas públicas. Mas, se todos os entes têm autonomia política, ou seja, liberdade para planejar e agir, como garantir o direito à educação de forma equitativa em todo o território nacional? Ter autonomia e atribuições significa, de fato, ter condições de responder às demandas locais? Esse debate se torna especialmente relevante quando tratamos da Educação Bilíngue de Surdos, que exige articulação entre entes federados para garantir o direito à educação em Libras e em língua portuguesa escrita, conforme previsto na legislação brasileira. O tempo mostrou que, mesmo em um país diverso e com redes de ensino independentes, foi possível avançar em objeti-

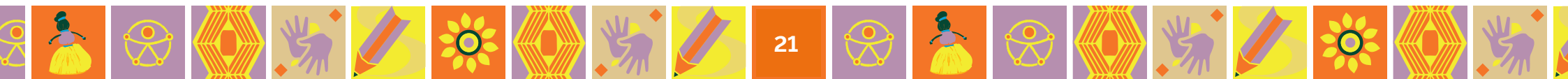
vos nacionais graças à criação de mecanismos de cooperação entre os governos.

No campo educacional, a Constituição Federal de 1988 instituiu o regime de colaboração, que representa a articulação entre os sistemas de ensino para promover uma gestão cooperativa e o alcance de metas conjuntas. Embora o texto constitucional tenha previsto esse princípio, sua aplicação prática segue sendo um dos maiores desafios da gestão educacional: como implementar políticas de forma colaborativa, respeitando as realidades locais? A diferença em relação a outras áreas é que a educação, até 2025, não dispunha de um Sistema Nacional de Educação em funcionamento – algo que a saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), e a assistência social, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), já consolidaram com sucesso. Res-

.....

5. É doutora em Administração Pública e Governo. Atua como consultora para órgãos governamentais e não governamentais, com foco no Sistema Nacional de Educação e em governança educacional. Atualmente, é consultora da Unesco.

6. É Professora Titular do Departamento de Ciência Política da UFMG. Vice-coordenadora do INCT – Qualidade de Governo e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável e coordenadora do Centro Interinstitucional de Análise de Políticas Sociais – CIAPSoc.



salta-se que a **força desses sistemas está na combinação de quatro elementos: 1) normas e diretrizes nacionais claras, 2) espaço de pactuação entre União, estados, Distrito Federal e municípios, 3) apoio técnico e financeiro constante e 4) participação social institucionalizada por meio de uma governança colaborativa. Esses mesmos pilares orientam a proposta deste capítulo.**

Até 2025, na ausência de um sistema, a educação brasileira trilhou outro caminho: o da criação de mecanismos de coordenação federativa e governança dentro de cada política e programa. Leis, decretos, portarias e programas foram sendo desenvolvidos para direcionar as ações da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e melhorar os indicadores educacionais, mesmo sem uma estrutura unificada. São exemplos disso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), que definem metas e estratégias comuns; o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que organiza o financiamento educacional de forma redistributiva; o Plano de Ações Articuladas (PAR) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que garantem assistência técnica e financeira às redes de ensino. Esses instrumentos materializam o regime de colaboração e expressam a função coordenadora da União, oferecendo apoio e orientação, enquanto estados, Distrito Federal e municípios organizam suas redes e adequam as políticas às realidades locais.

NOVIDADE: SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANCIONADO

Um passo real para mudança desse cenário foi dado em 31 de outubro de 2025, com a promulgação da Lei Complementar nº 220/2025, que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE).

No que melhora as relações federativas?

- **Pactuação estruturada com a Comissão Intergestora Tripartite (Cite), nacional, e Comissões Intergestoras Bipartites (Cibes), estaduais.**
- Padrões nacionais de qualidade **e referência de financiamento pelo Custo Aluno Qualidade (CAQ).**
- Planejamento articulado **por planos decenais, com monitoramento e avaliação.**
- Participação social institucionalizada **(fóruns, conferências e conselhos).**
- **Reconhecimento do povo surdo** como sujeito coletivo nas pactuações entre os entes.

Quais os efeitos práticos esperados?

- **Maior previsibilidade para cooperação e financiamento (padrões + CAQ).**



- **Maior** alinhamento **entre o PNE e as decisões operacionais (Cite/Cibes).**
- **Melhor** capacidade de gestão **com monitoramento regular e decisões pactuadas.**
- **Canal estável para** ajustar normas e diretrizes **conforme necessidades do território.**

O Sistema Nacional de Educação (SNE) reconhece a diversidade humana como fundamento do regime de colaboração. O Art. 3º inciso IX, coloca como princípio a garantia a todos os estudantes de atendimento educacional adequado, inclusivo e, quando necessário, especializado. O SNE orienta, ainda, que políticas voltadas a públicos com necessidades específicas, a exemplo das Comunidades Surdas, sejam pactuadas entre União, estados, Distrito Federal e municípios, com participação ativa das escolas, das famílias e da comunidade escolar. Isso é fundamental para que planejamento, financiamento, formação e implementação respondam às especificidades linguísticas, identitárias e culturais desses estudantes.

2. OS QUATRO PILARES DA AÇÃO FEDERATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Os desafios da gestão educacional em um país federativo como o Brasil exigem a combinação de diferentes mecanismos de coordenação entre União, estados, Distrito Federal e municípios. **Nenhum ente dá conta sozinho:** como a responsabilidade é compartilhada, a implementação das políticas depende do alinhamento entre referências normativas comuns, apoio técnico e financeiro adequado, espaços de pactuação entre gestores e participação efetiva das comunidades. Esses quatro elementos – normas e diretrizes, assistência técnica e financeira, governança e pactuação e participação social – formam a base de um arranjo cooperativo que orienta decisões, distribui responsabilidades e fortalece a implementação da política. Na sequência, esses quatro pilares serão analisados na perspectiva da Educação Bilíngue de Surdos.

NORMAS E DIRETRIZES NACIONAIS

As normas e diretrizes nacionais são instrumentos fundamentais de articulação federativa. Elas garantem referências comuns que orientam os sistemas de ensino e asseguram um patamar mínimo de qualidade, sem comprometer a autonomia dos entes. No campo da Educação Bilíngue de Surdos, essas normas oferecem diretrizes essenciais para a organização da oferta educacional com a Libras como língua de instrução, comunicação, ensino e interação, baseada na Libras como primeira língua e na Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2), assegurando direitos linguísticos e educacionais às pessoas surdas e com deficiência auditiva sinalizantes.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FI- NANCEIRA

A assistência técnica e financeira é um dos principais instrumentos de apoio da União na implementação da Educação Bilingue de Surdos. Os marcos legais específicos da modalidade – especialmente a Lei nº 10.436/2002 e a Lei nº 14.191/2021 – asseguram que a União deve apoiar as redes na oferta da escola bilingue de surdos, da classe/turma bilingue de surdos em escolas comuns ou em polos de Educação Bilingue de Surdos e na garantia de condições linguísticas adequadas. O conjunto de legislação vigente respalda que estados e municípios possam solicitar apoio técnico e financeiro para estruturar práticas pedagógicas bilingues e eliminar barreiras linguísticas e comunicacionais.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A participação social na Educação Bilingue de Surdos é um direito garantido pela Lei Brasileira de Inclusão, que assegura às pessoas com deficiência e às suas famílias o direito de participar das decisões que impactam sua vida escolar. Essa participação é um processo contínuo de diálogo. Famílias, estudantes surdos, lideranças e organizações da sociedade civil contribuem com prioridades, valores e perspectivas que precisam orientar decisões pedagógicas, de acessibilidade linguística e de organização da oferta. Para o gestor, fortalecer esse diálogo significa construir políticas com sentido local, legitimidade e coerência com a experiência real das comunidades surdas.

GOVERNANÇA E PACTUAÇÃO

A governança na Educação Bilingue de Surdos está em consolidação, mas seu papel é essencial: articular União, estados, Distrito Federal e municípios para garantir coerência na oferta bilingue. Governar, nesse contexto, significa criar alinhamento conceitual, compartilhar responsabilidades e organizar decisões sobre formação, acessibilidade linguística e recursos pedagógicos. Mesmo sem instâncias plenamente estruturadas, a pactuação continua sendo o eixo central: diálogo entre redes, definição conjunta de prioridades e construção compartilhada de soluções. Fortalecer esses espaços – formais ou informais – ajuda a reduzir desigualdades e a dar continuidade às ações. Para o gestor, investir nessa articulação é passo decisivo para transformar orientações gerais em práticas consistentes no território.

3. GUIA PRÁTICO DE IMPLEMENTAÇÃO

Esses passos não devem ser entendidos como uma sequência fixa, mas como um percurso orientativo. O objetivo é que ninguém caminhe sozinho: a implementação da política é compartilhada, colaborativa e fortalecida justamente quando os gestores buscam apoio sempre que necessário.

PASSO 1 – CONHECER AS REGRAS DO JOGO

Planejar a política de Educação Bilingue de Surdos exige compreender o conjunto de normas que estruturam o direito das pessoas surdas e com deficiência auditiva sinalizantes à educação em Libras e em língua portuguesa escrita como segunda língua. Esse arcabouço jurídico orienta deveres dos entes federados, de-

fine princípios da Educação Bilíngue de Surdos e sustenta a organização da oferta, da formação docente e dos serviços de apoio. Conhecer o marco legal é o ponto de partida para entender as responsabilidades de cada ente, reconhecer os mecanismos disponíveis e planejar ações coerentes com a política nacional.

PASSO 2 – ATIVAR A REDE LOCAL E ORGANIZAR A ARTICULAÇÃO PARA A INCLUSÃO

A política de Educação Bilíngue de Surdos ainda está em fase de desenvolvimento. Por isso, enquanto novas normativas não são publicadas, **é fundamental que estados, Distrito Federal e municípios iniciem processos próprios de articulação**, garantindo que a oferta bilíngue avance de forma organizada e coerente com as necessidades do território. A experiência de outras políticas – como Educação Escolar Indígena, Educação Quilombola e Educação Especial Inclusiva – demonstra que **a cooperação local é decisiva para evitar descontinuidade e fortalecer a implementação**, mesmo em contextos de menor definição normativa.



Como iniciar a articulação no território:

- **Usar de inspiração modelos que já existem na educação:** comissões técnicas, grupos de trabalho, fóruns municipais/estaduais ou espaços intersetoriais que reúnam educação, saúde, assistência e sociedade civil podem ser adequados à modalidade EBS.
- **Criar um espaço institucionalizado de diálogo**, mesmo que simples – uma portaria da secretaria estadual, distrital ou municipal já garante legitimidade ao grupo. O objetivo é ter um espaço estável para discutir organização da oferta, condições logísticas adequadas e formação.
- **Convidar atores estratégicos**, como professores bilíngues surdos ou ouvintes fluentes em Libras, instrutores de Libras, intérpretes de Libras, guia-intérprete, gestores escolares, famílias e organizações representativas da comunidade surda.
- **Definir um ponto focal** para a política bilíngue dentro da secretaria. Esse profissional facilita a comunicação entre escolas, gestores e MEC, além de acompanhar normativas e apoiar o planejamento.
- **Capacitar a comunicação entre escolas e secretaria**, garantindo que orientações, documentos técnicos, materiais de apoio e legislações circulem com clareza.
- **Usar esse espaço como um lugar de alinhamento contínuo** sobre temas como critérios de matrícula, organização das classes/turmas bilíngues, orientações para o ensino do português escrito como segunda língua, garantia de condições logísticas adequadas e demandas por formação.

PASSO 3 – ENTENDER QUEM PRECISA DE APOIO E ORGANIZAR A RESPOSTA DA REDE

A implementação da Educação Bilíngue de Surdos começa pelo reconhecimento de quem são os estudantes, quais são suas es-

pecificidades linguísticas, identitárias e culturais e como a rede pode estruturar uma oferta que respeite a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda, garantindo seu uso como língua de instrução, interação, comunicação e ensino em todas as disciplinas. Esse processo envolve três dimensões que caminham juntas: mapear os estudantes, organizar a equipe pedagógica e assegurar instrumentos e recursos bilíngues.

I – Mapear os estudantes e organizar a oferta:

Identificar o público da Educação Bilingue de Surdos é essencial para planejar qualquer ação. Mesmo sem parâmetros nacionais totalmente definidos, as redes podem iniciar esse processo com base em informações já disponíveis:

Organização da oferta

- **Identificar estudantes Paebs** matriculados na rede de ensino, considerando os registros escolares, informações fornecidas pelas famílias e documentos existentes, a fim de subsidiar o planejamento das ações da Educação Bilingue de Surdos.
- **Registrar a fluência linguística:** quem usa Libras? Quem utiliza oralidade? Quem está em processo de aquisição?
- **Mapear as escolas que já possuem algum tipo de atendimento** – professores bilíngues fluentes em Libras, instrutores, intérpretes de Libras, guia intérpretes de Libras, classes/turmas bilíngues de surdos, salas de recursos e profissionais fluentes em Libras.
- **Verificar** necessidades e especificidades linguísticas, identitárias e culturais: deslocamento, tempo de comunicação, recursos ópticos e visuais e rotinas que favoreçam acessibilidade.

Com base nisso, a rede já pode começar a organizar modelos possíveis de oferta:

- Escola bilíngue de surdos.
- Escola-polo de Educação Bilingue de Surdos.
- Classes/turmas bilíngues de surdos.
- Atendimento Educacional Especializado (AEE) como apoio complementar e/ou suplementar.
- Arranjos intermunicipais, quando necessário.



II – Estruturar uma equipe pedagógica bilíngue: a educação bilíngue de surdos só se sustenta com profissionais qualificados, com formação adequada e fluência comprovada em Libras. Ainda que a política esteja ausente de parâmetros de composição de equipe, as redes podem iniciar sua organização considerando perfis essenciais, como professores bilíngues e fluentes em Libras, instrutores de Libras, tradutores e intérpretes, por exemplo. Algumas sugestões práticas que o gestor pode adotar:

- Mapear quem já possui **fluência em Libras**. Importante lembrar que ter feito o curso não garante fluência. Por isso, também é importante avaliar efetivamente a prática da Libras.
- Identificar demandas reais de formação inicial e continuada.
- Incluir a equipe bilíngue em espaços de planejamento coletivo.
- Garantir condições de trabalho que respeitem tempo de preparo, adequação de materiais e alinhamento com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para apoio complementar e/ou suplementar (quando houver).

PASSO 4 – MOBILIZAR A ASSISTÊNCIA FEDERAL

Mesmo com lacunas normativas e com a política de Educação Bilíngue de Surdos ainda em consolidação, a legislação educacional garante que a União deve prestar assistência técnica e financeira às redes para assegurar o direito dos estudantes surdos à educação em Libras e em língua portuguesa escrita, como segunda língua. Esse apoio pode incluir orientações, formações,

ações de acessibilidade linguística, aquisição de recursos didáticos e fortalecimento de equipes. O papel do gestor é:

- **Identificar as necessidades do território** relacionadas à oferta bilíngue: presença de professores bilíngues e fluentes em Libras, professores de Libras, intérpretes, formação inicial e continuada, materiais adequados, organização da matriz curricular e condições de comunicação visual nas escolas.
- **Registrar essas demandas nos instrumentos já existentes**, como PAR e PDDE, descrevendo claramente os desafios e justificando as necessidades a partir das realidades das escolas bilíngues de surdos e classes bilíngues de surdos e do perfil dos estudantes.
- **Acionar o MEC e a secretaria estadual** sempre que precisar de apoio técnico, validação de encaminhamentos, formação de equipes, orientações sobre arranjos pedagógicos ou esclarecimento sobre o regime bilíngue Libras/língua portuguesa escrita.

PASSO 5 – CONSTRUIR COM QUEM CONHECE A REALIDADE

A Educação Bilíngue de Surdos só ganha sentido quando construída junto de quem vive a experiência linguística, cultural e escolar no dia a dia. Mesmo que as normativas atuais tratem a participação social de forma geral e ainda sem detalhamento operacional, é fundamental que gestores assumam esse eixo como estruturante, inclusive porque famílias, estudantes surdos, professores

surdos, professores de Libras e organizações das comunidades surdas conhecem profundamente as barreiras linguísticas e comunicacionais presentes no cotidiano escolar. Sem esse diálogo, nenhuma política bilíngue se sustenta.

Como fortalecer o diálogo na sua rede?

- **Manter fluxo de comunicação ativa com estudantes surdos e suas famílias:** organizar rodas de conversa em Libras, reuniões com intérprete, visitas às escolas e canais de comunicação acessíveis para compreender demandas relacionadas a garantia de condições linguísticas adequadas; presença de intérpretes; professores bilíngues e fluentes em libras; uso de recursos visuais; convivência escolar; e barreiras linguísticas e comunicacionais.
- **Dialogar com organizações da comunidade surda:** associações de surdos, coletivos locais, instituições bilíngues, centros de apoio pedagógico e conselhos da pessoa com deficiência podem contribuir com diagnóstico, formação, análise de materiais e estratégias adequadas à realidade linguística dos estudantes.
- **Garantir participação na construção dos instrumentos pedagógicos:** estudantes e famílias devem ser envolvidos nos processos de definição das práticas bilíngues, na escolha de materiais e na identificação das condições necessárias para que a Libras, como primeira língua (L1), seja efetivamente ofertada como língua de instrução, comunicação, ensino e interação, garantindo que o ensino de todas as disciplinas seja bilíngue e que o português escrito seja ensinado como segunda língua (L2).
- **Acompanhar as decisões da rede:** sempre que possível, socializar diagnósticos, mapeamentos, relatórios de condições linguísticas dos estudantes e orientações pedagógicas aumenta a confiança e evita falhas de comunicação. Acompanhar o processo fortalece o vínculo com a comunidade surda e valoriza sua experiência.

A intenção deste material é apoiar gestores e gestoras no desafio de implementar a Educação Bilingue de Surdos de forma articulada, colaborativa e respeitosa às experiências e identidades linguísticas das comunidades surdas. As relações federativas não são algo distante da prática: elas estruturam o caminho por onde a política realmente acontece – nas escolas bilíngues de surdos, classes/turmas bilíngues de surdos, escolas-polo de Educação Bilingue de Surdos, AEE como apoio complementar e/ou suplementar, no diálogo com famílias, professores bilíngues e fluentes em Libras, intérpretes, guias-intérpretes e com outros entes federados. Compreender como funcionam as normas, os processos de articulação entre redes, os instrumentos pedagógicos, o planejamento da oferta e os apoios técnico-financeiros ajuda a transformar desafios, especialmente diante de uma política ainda em construção, em ações possíveis, contextualizadas e comprometidas com o direito à educação bilíngue de surdos.



5. Planejamento educacional

Sofia Lerche Vieira⁷

Eloisa Maia Vidal⁸

O ato de planejar faz parte da vida humana. A todo momento estamos planejando, embora nem sempre este seja um ato de plena consciência. Planejamos nosso dia a dia, cursos, viagens e as mais diferentes atividades. Quando nos referimos ao processo de planejamento, todavia, está em jogo algo mais do que pretendemos fazer amanhã, depois ou ao longo da vida. Na verdade, tal como entendemos no âmbito de uma organização ou de um governo, o sentido do planejamento se expressa pela definição intencional de prioridades traduzidas em ações visando atingi-las. Espera-se que estas sejam desenvolvidas ao longo de um intervalo de tempo que pode corresponder ao período de uma determinada administração ou mais.

Na primeira parte deste capítulo vamos tratar de algumas dimensões importantes do planejamento no atendimento ao direito à educação, com ênfase nas modalidades de ensino. Pela sua re-

levância, a reflexão focaliza as seguintes dimensões do tema: planejamento governamental, planejamento estratégico, planejamento de rede escolar, planejamento educacional e escolar.

2. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

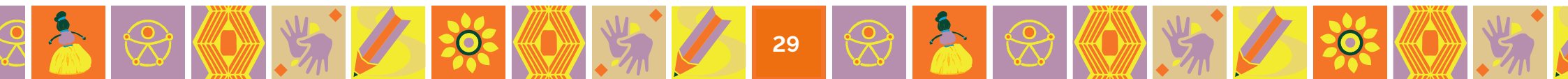
O planejamento feito nas diferentes esferas governamentais (federal, estadual, distrital e municipal) tem uma tradição no Brasil que remonta a meados do século passado, tendo sido praticado tanto por governos democráticos quanto autoritários. Juscelino Kubitschek, presidente responsável pela construção de Brasília, tinha por meta um planejamento de “50 anos em cinco”. Os governos militares, por sua vez, inauguraram um longo período de planos nacionais e setoriais. Em sua reconstrução histórica sobre o tema, Vieira (2014)⁹ refere planos de governo desde 1956 e de educação desde 1961.

.....

7. Pós-doutora em Educação, professora emérita e titular da Universidade Estadual do Ceará e bolsista de produtividade sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

8. Doutora em Educação, professora associada do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará.

9. VIEIRA, Sofia Lerche. Planos e políticas educacionais: das concepções às práticas. In: SOUZA, Donaldo Bello de; MARTINS, Angela Maria (Orgs.). **Planos de educação no Brasil: planejamento, políticas, práticas**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.



Com a Constituição Federal de 1988¹⁰ inaugura-se uma nova fase do planejamento no Brasil, concebendo-o como elemento estratégico de governo. Ao detalhar os principais instrumentos de planejamento governamental indicando seus usos e especificidades¹¹, a Carta Magna compromete as diferentes esferas federativas com formas de planejamento que se articulam e espelham mutuamente, havendo legislação específica relativa ao Plano Plurianual (PPA), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Cada governo, em sua esfera de abrangência, orienta-se pelas definições estabelecidas nesses instrumentos de planejamento.

Instrumentos do planejamento governamental

PPA: lei ordinária que expressa o plano de governo e apresenta as principais indicações dos rumos das ações do Executivo.

LDO: lei que fixa as grandes linhas do uso de recursos, estabelecendo metas e prioridades do PPA.

LOA: lei que detalha ano a ano a destinação dos recursos definidos na LDO. (VIEIRA, VIDAL e FERNANDES, 2020, p. 27)¹²

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios concebem seu planejamento básico, por meio do PPA, para quatro anos, sendo que cada governo tem o seu primeiro ano de gestão orientado por um planejamento feito pela administração anterior. Assegura-se, assim, na concepção do legislador, a sua continuidade.

A educação, como outras áreas públicas, considerando o planejamento mais geral, faz o seu próprio planejamento, tanto no longo prazo como na esfera de abrangência de cada governo. A Constituição de 1988 definiu que a cada dez anos haveria um Plano Nacional de Educação (PNE). Sob sua égide foram concebidos dois planos: o primeiro (PNE I) teve vigência de 2001 a 2010 (Lei nº 10.172/2001¹³) e o segundo (PNE II), de 2014 a 2024 (Lei nº 13.005/2014¹⁴). Os intervalos entre os dois PNEs correspondem à tramitação dos projetos no Congresso Nacional. Como os planos que lhe antecederam, o terceiro PNE tem sido intensamente debatido, tanto no Legislativo como no Executivo e em organizações da sociedade civil.

10. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 26 nov. 2025.

11. A Constituição Federal de 1988 estabelece que "Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I – o plano plurianual; II – as diretrizes orçamentárias; e, III – os orçamentos anuais (Art. 165). Estes instrumentos, concebidos para a esfera da União, se desdobram em objeto de detalhe no referido artigo.

12. VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloisa Maia; NOGUEIRA, Jaana Flávia Fernandes. **Gestão escolar no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

13. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 26 nov. 2025.

14. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 26 nov. 2025.



O projeto (PL 2.614/2024) do terceiro Plano Nacional de Educação (PNE III), que dá sequência ao PNE II, passou por tramitação entre os anos de 2024 e 2025. Com 19 objetivos estratégicos, 73 metas e 372 estratégias, o PNE III estabelece prioridades da educação infantil ao ensino superior, contemplando também as modalidades educacionais. Temas como o aumento de investimentos em educação, equidade e diversidade têm marcado este debate que deverá contribuir para a definição dos destinos da educação brasileira na próxima década.

Até o momento de elaboração desse caderno, o PNE III ainda não havia sido sancionado. Para informações atualizadas sobre a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, acesse: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-15.388-de-14-de-abril-de-2026-699917783>.

Correspondendo ao PNE, estados, Distrito Federal e municípios têm seus planos estaduais, distrital e municipais de educação com vigência de dez anos. Eles se articulam ao PNE e têm especificidades próprias de cada ente federado. Estes têm sido construídos de forma participativa, em diferentes etapas e aprovados pelas respectivas instâncias legislativas. Neles estão estabelecidas as metas de longo prazo das unidades federativas que devem se articular ao planejamento realizado nas estruturas governamen-

tais, antes discutido. É no seio deste planejamento que devem ser estabelecidas as prioridades e articulações entre níveis e modalidades de ensino.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico é um instrumento utilizado por organizações públicas e privadas para bem orientar suas prioridades e alinhar os diferentes projetos incluídos em sua esfera de abrangência. Trata-se de um processo contínuo que requer envolvimento dos principais atores responsáveis pela sua implementação. Em geral, envolve análise do cenário, definição de missão, visão e valores, estabelecimento de objetivos e estratégias e execução e monitoramento. Inclui como etapa de sua elaboração encontros e reuniões sistemáticas até que se chegue a um mapa de prioridades que oferece uma espécie de bússola orientadora das ações de uma organização. No âmbito dos governos, este mapa de prioridades é particularmente valioso porque, como são muitas as atividades a desenvolver e os objetivos a perseguir, corre-se o risco de dispersão. O planejamento estratégico é bem-sucedido quando os diferentes atores envolvidos se reconhecem nas prioridades nele estabelecidas, estando, assim, aptos a perseguir conjuntamente as metas e prioridades definidas para um determinado intervalo no tempo.

A formulação e implementação de um planejamento com tais características requer estruturas centrais de governo que procedam ao monitoramento de sua aplicação. De tal maneira, reu-

niões sistemáticas de avaliação promovem não apenas os ajustes e correções de rotas necessários em seu percurso, como também introdução de novas prioridades que podem surgir em cenários de mudança às quais os governos estão sujeitos. Os casos de eventos climáticos, de redução de receitas financeiras e outros são exemplos de intercorrências que podem surgir e redirecionar prioridades.

4. PLANEJAMENTO DE REDE DE ENSINO

Conforme antes mencionado, o planejamento é uma atividade própria dos governos e em cada esfera federativa há estruturas próprias para tanto, seja em nível central ou setorial. Assim, tanto no planejamento para todas as áreas de uma determinada administração como para áreas específicas, há momentos e instrumentos próprios para fazê-lo.

É nesse terreno que se insere o planejamento de rede de ensino, aquele realizado na esfera dos estados, Distrito Federal e municípios. Como o próprio nome diz, este se refere às redes escolares estaduais, distrital e municipais das unidades federadas. Assim, embora, como já vimos, os entes federados tenham planos em comum, há um planejamento específico para as redes pertencentes a cada uma das esferas. É importante destacar este aspecto porque, ao planejar, cada unidade federativa define suas prioridades, desde o planejamento das estruturas escolares a construir para abrigar públicos específicos, caso das modalidades educacionais aqui tratadas, até concursos para professores,

materiais de aprendizagem e outros. Como é possível perceber, **tudo passa pelo planejamento.**

De uma maneira geral, as etapas do planejamento governamental incluem passos comuns, conforme sintetizado na Figura 1.

Figura 1: Ciclo do planejamento



Fonte: Autoras, 2025.

Como é possível verificar na Figura 1, em geral o ciclo do planejamento tem início por um **diagnóstico**, no qual é feita uma análise da situação a ser objeto de intervenção. É essencial lembrar que dispor de indicadores educacionais sobre o que vai ser objeto de planejamento é imprescindível para a elaboração de um bom diagnóstico. Após esta etapa inicial, são definidos os princípios orientadores do planejamento traduzidos em **diretrizes**, uma vez que tratam da missão, visão e valores a serem perseguidos. A etapa subsequente diz respeito à definição de **metas e objetivos**, que materializam a elaboração das estratégias a serem adotadas ao longo do percurso. Definidos os objetivos e as metas, é hora de desenvolver um **plano de ação**, no qual sejam detalhadas as iniciativas a serem realizadas ao longo de um determinado período.

A etapa subsequente é a da **implementação** dos projetos, quando entram em cena os atores responsáveis pela execução do planejado. Conforme já referido, todo o processo é objeto de **monitoramento** e **avaliação**. Pela sua relevância na gestão educacional e escolar, o tema será aprofundado no último capítulo deste caderno. Desde já, o leitor é convidado a estabelecer pontes entre o planejamento, o monitoramento e a avaliação.

É fato que, na realidade, nem sempre o ciclo de planejamento incorpora todas as etapas aqui mencionadas ou é realizado na sequência orientada por esta lógica. Entre a formulação e a implementação do que foi planejado pode haver um hiato advindo do fato de que planejadores e executores de políticas atuam em diferentes esferas da gestão. Uns circulam mais diretamente no âmbito das secretarias e outros no sistema escolar.

Na literatura sobre a implementação de políticas, os atores no âmbito dos órgãos centrais e intermediários são os "burocratas de alto e médio escalão". Os responsáveis últimos pela execução das políticas são os "burocratas de nível de rua" – é o caso dos que trabalham na ponta do sistema, nos postos de saúde, nas delegacias e nas escolas. Para serem efetivas, as políticas precisam alinhar esses dois espaços de produção das políticas públicas. Por isso mesmo, o acompanhamento é um processo essencial para

a qualidade da educação, como constataram pesquisas recentes sobre a "gestão eficaz da aprendizagem" (FERNANDES; VIEIRA; NOGUEIRA, 2023¹⁵; 2024¹⁶).

Esses argumentos reafirmam a centralidade do planejamento que, em suas diferentes etapas, contribui para definir um caminho para assegurar a função social da educação: o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho" (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art. 205).

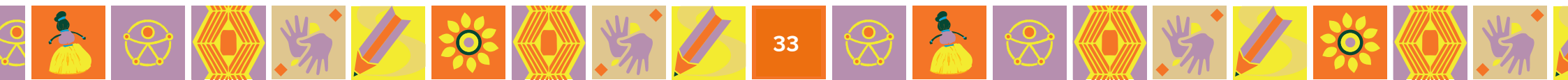
5. PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E ESCOLAR

O planejamento educacional se distingue do escolar. Se o primeiro se dirige ao conjunto de uma rede, o segundo se aplica à realidade específica de cada escola. Um bom planejamento é aquele capaz de expressar de forma articulada as prioridades para o conjunto da rede, assim como para cada uma de suas unidades. A Secretaria de Educação deve ser capaz de se reconhecer na escola, assim como esta necessita se reconhecer na secretaria.

O planejamento realizado pela secretaria se dirige não apenas a todas as escolas de sua rede, mas também possui especifici-

.....
15. FERNANDES, José Henrique Paim; VIEIRA, Sofia Lerche, NOGUEIRA, Jaana Flávia Fernandes (Orgs.). **Estados eficazes na gestão da aprendizagem**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2023.

16. FERNANDES, José Henrique Paim; VIEIRA, Sofia Lerche; NOGUEIRA, Jaana Flávia Fernandes (Orgs.). **Municípios eficazes na gestão da aprendizagem**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.



dades relativas a objetivos e metas que transcendem às unidades escolares. O reconhecimento do direito de todos à educação implica fazer justiça social a tantos segmentos da sociedade excluídos ou marginalizados no contexto educacional. Aqui é oportuno identificar o papel específico do planejamento em relação às modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena, Educação Especial Inclusiva e Educação Bilingue de Surdos.

6. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Se o ato de planejar faz parte da vida humana, expressando-se pela definição intencional de prioridades traduzidas em ações visando atingi-las, o planejamento participativo é sua forma mais apropriada de operacionalização. Isto porque permite incorporar os diferentes atores envolvidos nas modalidades educacionais, sejam eles integrantes de Secretarias de Educação, de órgãos intermediários dos sistemas de ensino, de escolas, de representantes da sociedade civil associados à oferta de educação e, sempre que possível, ao público a ser atendido pelas ações desta natureza.

Por propiciar a escuta atenta dos atores, o planejamento participativo gera maior sintonia entre o que se quer e aonde é possível chegar. Assim, ao pensar o Ciclo de Planejamento, do qual tratamos anteriormente (Diagnóstico, Diretrizes, Metas e Objetivos, Plano de Ação, Implementação, Monitoramento e Avaliação), é

importante incorporar representantes de tais sujeitos em todas as suas etapas. Desta escolha, em que se ouvem as diferentes partes envolvidas em um processo de tal natureza, resulta, por certo, uma melhor definição de prioridades. É importante lembrar que tal orientação vale tanto para o planejamento educacional como para o planejamento escolar, e é particularmente importante para a Educação Bilingue de Surdos.

Importante lembrar

- Planejar significa estabelecer prioridades.
- O bom planejamento é aquele que sintetiza as prioridades de uma rede.
- O planejamento participativo é alternativa essencial para as modalidades educacionais.

7. PLANEJAMENTO DE MODALIDADES EDUCACIONAIS

O planejamento educacional constitui uma dimensão estratégica para a consolidação de políticas públicas voltadas para as modalidades aludidas anteriormente. Ele não deve ser considerado apenas como uma atividade técnica de definição de metas e recursos, mas também se configurar como um processo político, social e pedagógico que articula valores, princípios e práticas em direção a uma sociedade sustentável, justa, democrática e inclusiva.

Por isso, a maneira mais democrática de realizar as atividades de planejamento é mobilizando especialistas, gestores e a participação de diferentes atores sociais – professores, estudantes, famílias, comunidades tradicionais, movimentos sociais e sociedade civil organizada –, de modo a assegurar que as decisões reflitam a diversidade cultural, social e territorial do país. A dimensão participativa do planejamento envolvendo metodologias como oficinas, fóruns, consultas públicas e conselhos escolares, que possibilitam a construção coletiva de diagnósticos, objetivos e estratégias, fortalece a cidadania e legitima as políticas, permitindo que os sujeitos se reconheçam como protagonistas na construção de sociedades sustentáveis, plurais e livres.

A seguir, são apresentados alguns aspectos a serem considerados quando se procura realizar planejamento educacional na Educação Bilingue de Surdos.

7.1. A modalidade escolar de Educação Bilingue de Surdos

A modalidade de Educação Bilingue de Surdos¹⁷, instituída a partir da Lei nº 14.191/2021¹⁸, representa um marco histórico na garantia do direito à educação em Libras como primeira língua e em

português escrito como segunda língua. A importância do planejamento educacional está em assegurar o acesso, a permanência e a qualidade da aprendizagem, respeitando a identidade linguística e cultural dos povos surdos.

A elaboração do planejamento da modalidade bilingue tem nas comunidades surdas os principais protagonistas, ou seja, ele deve ser feito com e para ela. Isso significa envolver lideranças surdas, associações, famílias, gestores escolares, professor bilingue surdo ou ouvinte fluente em Libras, intérpretes tradutores e intérpretes de Libras, guia-intérprete de Libras, instrutores, profissionais bilingues da educação, na definição das prioridades e estratégias. A consulta e o protagonismo surdo dessas comunidades são fundamentais para legitimar as políticas e assegurar que os projetos pedagógicos reflitam suas realidades e especificidades. O planejamento participativo, envolvendo todos os interessados, com o livre direito à manifestação de suas expectativas, desejos e demandas efetivas, fortalece a cidadania e assegura que as ações sejam contextualizadas e sensíveis às especificidades linguísticas, identitárias e culturais dos envolvidos.

Assim como para outras modalidades de ensino, a articulação e integração com outras políticas públicas – saúde (diagnóstico precoce

.....
17. UNESCO/MEC. **Políticas de Educação Bilingue de Surdos. Marco referencial de equidade na educação.** Brasília: DF. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pacto-e-j/politicas-educacao-bilingue-de-surdos.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

18. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilingue de surdos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 07 fev. 2026.

da surdez), assistência social (apoio às famílias), cultura (valorização da identidade surda), esporte (desenvolvimento e inclusão social), comunicação (acessibilidade em mídias e tecnologias) – é essencial para enfrentar barreiras que dificultam o acesso, a permanência e a conclusão escolar dos estudantes surdos na escola. A ausência de intérpretes, de professores bilíngues e fluentes em Libras, de instrutores, de tradutores e intérpretes de Libras e de guia-intérprete de Libras, falta de materiais didáticos adequados e a escassez de professores bilíngues e fluentes em Libras são problemas que podem ser resolvidos no total ou em parte pela articulação entre as diversas políticas públicas. Nesse sentido, o planejamento intersectorial amplia o alcance das políticas e fortalece a proteção integral dos direitos linguísticos e culturais dos estudantes.

Quanto às estratégias em nível de **rede de ensino**, a gestão educacional pode criar centros de referência, desenvolver políticas intersectoriais, alocar orçamento específico e desenvolver mecanismos de monitoramento sistemático. Os centros de referência podem ser escolas-modelo que apoiam outras unidades da rede ou polos regionais de formação que oferecem, de forma contínua, cursos de Libras e metodologias bilíngues para professores, intérpretes, tradutores e intérpretes de Libras e guias-intérpretes e outros profissionais que atuam na educação. É importante também a gestão da rede dispor de um banco de profissionais da educação e professores bilíngues e fluentes em Libras para atender diferentes escolas, conforme a demanda.

A gestão da rede escolar deve se preocupar com a definição de metas claras nos Planos Municipais/Distrital/Estaduais de Educa-

ção para a modalidade bilíngue, destinar um orçamento específico para a política planejada e mobilizar os conselhos de participação popular (Conselho Escolar, Conselho Municipal de Educação, Conselho da Criança e do Adolescente etc.) para que estejam atentos ao monitoramento e à avaliação das ações dirigidas para a comunidade surda.

A rede escolar também precisa dispor de um sistema de monitoramento e avaliação, em que se façam presentes alguns indicadores possíveis de serem acompanhados em todas as escolas, como acesso, permanência, desempenho dos estudantes e satisfação da comunidade surda. É importante elaborar relatórios periódicos sobre implementação da Lei nº 14.191/2021, assim como a realização de estudos e pesquisas que permitam ajustar políticas e práticas.

Em nível da **rede de ensino**, as atividades de planejamento para Educação Bilingue de Surdos envolvem ações organizadas em torno de:

- **Currículo e práticas pedagógicas:** é importante conceber um currículo bilíngue estruturado, tendo Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino e português escrito como segunda língua; preparar projetos culturais para surdos, envolvendo atividades como teatro em Libras e valorização da identidade surda; dispor de materiais didáticos acessíveis, incluindo vídeos em Libras, aplicativos interativos e livros digitais com tradução.



- **Formação de profissionais para a EBS:** deve ser assegurada por meio de cursos de formação inicial, como Pedagogia Bilingue e Licenciatura em Educação Bilingue de Surdos, com o objetivo de preparar professores bilíngues e fluentes em Libras, sejam eles surdos ou ouvintes. Além disso, é fundamental garantir a formação de outros profissionais que atuam nessa modalidade, como tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes, instrutores e demais profissionais bilíngues da educação, todos com formação específica para suas áreas de atuação. É indispensável o investimento em formação continuada voltada às metodologias bilíngues, de modo a assegurar que todos os profissionais estejam sempre atualizados e preparados para atender às necessidades dos estudantes PAEBS, o que contribui para a qualidade do ensino e para a efetivação de práticas pedagógicas adequadas.
 - **Composição do quadro de profissionais:** as redes de ensino devem contar, além de professores bilíngues fluentes em Libras, com guias-intérpretes para atender estudantes surdo-cegos tanto em sala de aula quanto em atividades extracurriculares. É igualmente necessário dispor de uma equipe de apoio pedagógico/professor de apoio composta por profissionais bilíngues, garantindo acompanhamento individualizado aos estudantes com deficiências associadas. Por fim, as instituições devem assegurar a presença de intérpretes de Libras institucionais, a fim de viabilizar a comunicação em reuniões entre professores surdos, familiares e demais membros da comunidade escolar que sejam surdos, promovendo, assim, a inclusão e a participação de todos no ambiente escolar.
 - **Monitoramento e avaliação:** é importante definir indicadores específicos que possam informar sobre o desempenho dos estudantes em Libras e português escrito, sua permanência e participação no ambiente escolar; desenvolver avaliações adequadas a partir da realidade dos estudantes, como vídeo-prova em Libras, trabalhos em vídeo e uso de Libras como forma de expressão acadêmica.
- As ações de planejamento podem levar em consideração **boas práticas** na Educação Bilingue de Surdos que dizem respeito a:
- Identidade linguística e cultural dos surdos, valorizando a Libras como primeira língua.
 - Formação continuada e específica para professores bilíngues e profissionais da educação.
 - Uso de metodologias visuais, interativas e acessíveis.
 - Produção e adequações de materiais didáticos bilíngues.
 - Inclusão da comunidade surda no planejamento e avaliação das ações educacionais.
 - Ambiente escolar inclusivo e acolhedor, promovendo a participação ativa dos estudantes surdos.
- No entanto, é importante ter consciência de **desafios** que se fazem presentes na implementação de uma política pública relativamente nova, que se depara com:
- Formação insuficiente de professores bilíngues e outros profissionais.



- Falta de materiais didáticos adequados e acessíveis.
- Barreiras de comunicação entre surdos e ouvintes.
- Infraestrutura inadequada para atendimento bilíngue.
- Resistência cultural e institucional à educação bilíngue de surdos.
- Dificuldades na adequação curricular e avaliação inclusiva.

- Necessidade de políticas públicas efetivas e financiamento adequado.

No âmbito da **rede escolar**, os responsáveis pela política da Educação Bilingue de Surdos são as Secretarias de Educação, Conselhos Municipais/Estaduais e comunidade surda e, na **escola**, a direção, coordenação pedagógica, professores bilíngues e fluentes em Libras e profissionais da educação.

Uma das recomendações sobre o planejamento em nível de **rede de ensino** é a elaboração de um **Plano de Ação para Educação Bilingue de Surdos**, organizado em quatro fases, como mostra o quadro a seguir.

Fase	Ações
Fase 1 – Estruturação (0-6 meses)	• Definição de orçamento específico para a modalidade. • Formação de profissionais da educação, intérpretes e professores bilíngues e fluentes em Libras. • Criação de centros de referência bilíngue em regiões estratégicas.
Fase 2 – Planejamento intersetorial (6-12 meses)	• Construção de currículo bilíngue (Libras como primeira língua e português escrito como segunda). • Articulações intersetoriais com saúde para diagnóstico precoce e com a assistência social dando apoio às famílias, cultura procurando valorizar a identidade surda e comunicação assegurando acessibilidade digital. • Inclusão de metas específicas nos Planos Municipais, Distrital e Estaduais de Educação.



Fase	Ações
Fase 3 – Implementação (1-3 anos)	• Expansão dos diversos modelos de oferta de Educação Bilíngue de Surdos. • Distribuição de materiais didáticos adequados para todas as escolas da rede. • Realização de fóruns e consultas públicas com a comunidade surda. • Formação inicial e continuada de professores em Libras e práticas bilíngues.
Fase 4 – Monitoramento e avaliação (contínuo)	• Criação de sistema de indicadores da rede: acesso, permanência, desempenho e satisfação do PAEBS. • Elaboração de relatórios anuais sobre a implementação da Lei nº 14.191/2021. • Realização de estudos e pesquisas de impacto para ajustes de políticas.

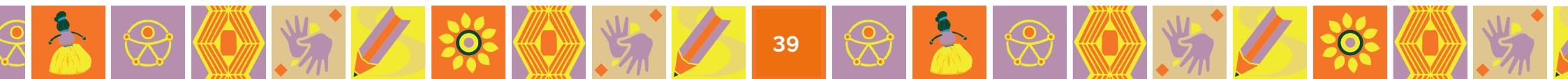
No nível da **escola**, as atividades de planejamento para Educação Bilíngue de Surdos envolvem ações que podem ser organizadas em:

- **Ambiente escolar inclusivo:** organizar o espaço escolar, colocando sinalização em Libras nos ambientes; dispor de tecnologia assistiva, incluindo softwares de tradução e plataformas digitais acessíveis¹⁹; e criar mecanismos de sensibilização da comunidade escolar, realizando oficinas para estudantes ouvintes e familiares sobre cultura surda.



O **Plano de Ação para Educação Bilíngue de Surdos** para as unidades escolares pode ser **organizado** considerando como referência o quadro a seguir.

.....
19. **Atenção:** Não se recomenda a utilização de avatares de Libras, tendo em vista que a qualidade apresentada é insatisfatória.



Fase	Ações
Fase 1 – Diagnóstico (0-6 meses)	• Levantamento do número de estudantes surdos matriculados. • Realização de busca ativa junto às famílias, para identificar eventuais crianças ou jovens que se encontram fora da escola (público não matriculado). • Identificação da infraestrutura existente (salas, recursos tecnológicos e materiais didáticos). • Mapeamento da equipe escolar: professores bilíngues, intérpretes e profissionais de apoio.
Fase 2 – Planejamento pedagógico (6-12 meses)	• Definição de metodologias visuais e interativas. • Produção/adequação de materiais didáticos acessíveis.
Fase 3 – Implementação (1-2 anos)	• Inclusão de professores bilíngues, que podem ser surdos ou ouvintes, ambos fluentes em Libras, em sala de aula e atividades extracurriculares. • Garantia de direitos linguísticos de todos os atores envolvidos com a presença de intérpretes para mediação de comunicação, quando necessário. • Criação de projetos culturais surdos (teatro, literatura e artes visuais).
Fase 4 – Monitoramento e avaliação (contínuo)	• Indicadores de desempenho em Libras e português escrito. • Videoprovas em Libras. • Relatórios semestrais de acompanhamento.

Importante lembrar:

§ A Educação Bilingue de Surdos é um direito instituído pela Lei nº 14.191/2021 e representa um marco histórico na garantia do direito à educação em Libras como primeira língua e em português escrito como segunda língua.

§ As ações de planejamento da Educação Bilingue de Surdos nas escolas e nas redes de ensino precisam ser elaboradas de forma participativa e respeitando os princípios da equidade, inclusão, diversidade e territorialidade.

6. Financiamento educacional

Lauana Simplicio Pereira²⁰

A garantia do direito à educação de qualidade exige a construção de um sistema adequadamente financiado. A educação é um bem público e seu financiamento deve ser majoritariamente público, em alinhamento com a legislação educacional, capaz de mitigar as profundas desigualdades que marcam a estrutura social brasileira. Superando a visão de “gasto”, o financiamento educacional é um investimento estratégico no desenvolvimento humano e social do país, pilar para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

O debate sobre a suficiência dos recursos para a garantia deste direito é perene. O Brasil investe cerca de 5% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em educação, mas esse valor, quando dividido pelo número de estudantes, resulta em um dos menores investimentos por aluno da Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE). A referência para um investimento suficiente é o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), que, conforme argumenta Farenzena (2005)²¹, constitui uma categoria fundamental para identificar a necessidade de recursos educacionais, orientar sua redistribuição e subsidiar o desenho de políticas públicas que garantam às escolas os insumos considerados imprescindíveis ao processo educacional, respeitando-se as diferentes demandas dos distintos públicos da educação básica, ainda a ser regulamentado no país. Para ajudar a converter o investimento em educação de qualidade, o desafio é construir um CAQ que não seja uma tabela fixa de insumos, mas um processo de pactuação federativa que combine princípios nacionais, comparabilidade e equidade e que preserve liberdade para inovação e adequação local, de acordo com os variados contextos da Federação.

.....
20. Bacharel em Gestão de Políticas Públicas, mestra em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e servidora pública federal. É pesquisadora no Centro de Estudos da Metrópole (CEM/USP) desde 2018 e investiga temas relacionados ao financiamento de políticas educacionais e ao orçamento público.

21. FARENZENA, N. Custo e condições de qualidade da educação em escolas públicas: aporte de estudos regionais. Brasília: Inep, 2005.



A ARQUITETURA DO FINANCIAMENTO E OS MECANISMOS DE EQUIDADE

O financiamento da educação brasileira baseia-se no princípio constitucional da vinculação de recursos de impostos para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), estabelecido no Art. 212 da Constituição de 1988. Esse mecanismo determina que a União aplique no mínimo 18% e os estados, Distrito Federal e municípios apliquem no mínimo 25% de suas receitas de impostos em MDE, conferindo estabilidade e proteção ao orçamento educacional. Os artigos 70 e 71 da Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, indicam quais despesas podem e quais não podem ser consideradas como tal.

Dentro dessa arquitetura, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) se destaca como o principal pilar de equidade redistributiva. Conforme Tanno (2025)²², em vez de deixar que cada ente federativo aplique livremente a vinculação de 25% de impostos, o que poderia gerar desigualdades, o mecanismo do Fundeb atua para garantir uma alocação mais justa dos recursos. Essa distribuição segue uma lógica de cooperação federativa

voltada para assegurar o financiamento adequado da educação básica.

Criado em 2007 para suceder o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e tornado permanente a partir de 2020, o Fundeb abrange toda a educação básica. Ele é composto pela subvinculação de 20% de uma cesta de impostos²³, que são redistribuídos entre as redes de ensino com base no número de matrículas de cada uma. Seu objetivo é reduzir as disparidades financeiras entre as redes, garantindo um valor mínimo por aluno em todo o território nacional. Além disso, o Fundeb possui uma subvinculação que estabelece a aplicação mínima de 70% de seus recursos na remuneração dos profissionais da educação em efetivo exercício, uma medida que visa à valorização docente.

Um dos mecanismos mais importantes do Fundeb para a promoção da equidade é a complementação da União, que em 2026 corresponde a 23% do total da contribuição de estados, Distrito Federal e municípios. Esses recursos federais são distribuídos por meio de três lógicas distintas e complementares:

.....

22. TANNO, C. R. Avaliação do Gasto Público: Reflexões sobre o Caso Fundeb e a Necessidade de Qualificar o Debate Técnico-Institucional. Câmara dos Deputados: consultoria de orçamento e fiscalização financeira, 2025. Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2025/et-29_2025-avaliacao-novo-fundeb_st-1378_2025>.

23. Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional às exportações (IPIexp); Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); Quota-parte municipal do Imposto Territorial Rural (ITR); e Receita da Dívida Ativa alusiva aos sobreditos impostos ou fundo de impostos. Os impostos próprios do município não são vinculados ao Fundo (IPTU, ISS, ITBI, IRRF), mas 25% deles devem ser necessariamente aplicados em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Tipo	Lógica de distribuição
Valor Aluno/ Ano (VAAF)	Garante que os fundos estaduais que não alcançam o valor mínimo por aluno definido nacionalmente recebam recursos federais para atingir esse patamar.
Valor Aluno/ Ano Total (VAAT)	Considera todas as receitas educacionais do município e complementa aquelas redes que, mesmo em estados com maior arrecadação, não possuem recursos suficientes. Além disso, os recursos distribuídos pelo VAAT devem ser aplicados, em parte, na educação infantil (50% globalmente, mas variando em cada rede, de acordo com as estimativas publicadas pelo FNDE) e, em parte, em despesas de capital, no montante de 15%.
Valor Aluno/ Ano Resultado (VAAR)	Indução de melhorias com redução de desigualdades: distribui recursos para as redes que, cumprindo condicionalidades de gestão, demonstram avanços na aprendizagem e na redução das desigualdades educacionais.

Para potencializar a equalização na redistribuição dos recursos, o Fundeb conta com os **fatores de ponderação**, números que corrigem as diferenças de custo entre as várias etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino.

O que são fatores de ponderação e como funcionam na prática?

Os fatores de ponderação são números que reconhecem que educar estudantes em diferentes etapas, modalidades e contextos demanda investimentos diferenciados. Eles funcionam como "multiplicadores" do valor-aluno básico do Fundeb, garantindo que redes que atendem públicos com necessidades específicas recebam recursos proporcionais a essas demandas.

Como funciona o cálculo?

O Fundeb distribui recursos com base no número de matrículas de cada rede, mas não conta todas as matrículas da mesma forma. Cada matrícula é “ponderada” (multiplicada) por um fator que busca refletir suas especificidades. A ponderação entre diferentes etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino adota como referência o fator 1 para os anos iniciais do ensino fundamental urbano. O valor repassado pelas demais matrículas, assim, é definido a partir desta referência (BRASIL, 2024a)²⁴.

24. BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 5, de 26 de julho de 2024. Especifica as diferenças e ponderações para distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para o exercício de 2025. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jul. 2024a. Seção 1, p. 50. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/legislacao/2024/resolucao-no-5-de-26-de-julho-de-2024-resolucao-no-5-de-26-de-julho-de-2024-dou-imprensa-nacional.pdf>.

Exemplo prático: município de Vila Esperança

Imagine um município que atende 850 estudantes, distribuídos em:

- 600 estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental urbano (fator 1,00 – referência).
- 50 estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental em escolas rurais (fator 1,15).
- 200 estudantes em creche pública integral (fator 1,55).

Assumindo que o valor mínimo por aluno definido em um dado ano é de R\$ 6 mil, este será o valor de referência para as matrículas de estudantes nos anos iniciais do ensino fundamental urbano, com peso 1.

Neste cenário, os recursos recebidos pelas matrículas nesse município seriam dados por:

- Anos Iniciais Urbano: $600 \times 1 \times 6.000 = \text{R\$ } 3,6 \text{ milhões}$.
- Anos Iniciais Rural: $50 \times 1,15 \times 6.000 = \text{R\$ } 345 \text{ mil}$.
- Creche pública integral: $200 \times 1,55 \times 6.000 = \text{R\$ } 1,9 \text{ milhão}$.
- Total de recursos recebidos: R\$ 5,8 milhões.

É importante saber que os fatores de ponderação variam entre a distribuição VAAF e VAAT. No VAAT, os fatores são geralmente mais

elevados, especialmente para a educação infantil, reconhecendo que os municípios enfrentam custos ainda maiores nessa etapa.

Demais fontes de recursos

Além da vinculação de impostos e da subvinculação do Fundeb, a educação conta com o **salário-educação** como fonte de recursos. Trata-se de uma contribuição social arrecadada das empresas, calculada com base na folha de pagamento, e destinada exclusivamente ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública. A arrecadação é distribuída da seguinte forma: 10% permanecem com o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) para financiar programas e projetos educacionais em âmbito nacional, como o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), entre outros, enquanto 90% são redistribuídos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios de forma automática e proporcional ao número de matrículas na educação básica pública, conforme registrado no Censo Escolar.

Os recursos do salário-educação podem ser utilizados para ações de MDE, como aquisição de materiais pedagógicos, equipamentos, mobiliário, transporte escolar, formação de professores e outras despesas como merenda escolar e uniformes para os estudantes, sendo vedada a sua utilização para remuneração dos profissionais da educação.

Além disso, os royalties e **participações especiais decorrentes da exploração de petróleo** e gás natural constituem uma fonte

adicional de recursos para a educação, conforme estabelecido pela Lei nº 12.858/2013. Essa legislação determina que 75% dos recursos dos *royalties* do petróleo provenientes de áreas do pré-sal e de áreas estratégicas sejam destinados à educação pública.

Equidade na gestão dos recursos

Se a arquitetura do financiamento estabelece “de onde” vêm os recursos, a gestão deve se concentrar em “como” e “para quem” eles são aplicados, tendo a equidade como princípio. Equidade, aqui, é compreendida como justiça corretiva e redistributiva (Callegari, 2020)²⁵: **o tratamento desigual dos desiguais para garantir igualdade de oportunidades e de condições de permanência e de uma educação de qualidade**. Isso significa alocar mais recursos e suportes para aqueles que enfrentam maiores barreiras e convivem com desvantagens históricas.

Essas desvantagens são agravadas quando diferentes marcadores de desigualdade (renda, raça, gênero, orientação sexual, deficiência e território) se sobrepõem, exigindo do financiamento uma resposta mais complexa e focalizada, em detrimento do tratamento universalista entre as redes de ensino e estudantes (Tripodi; Delgado e Januário, 2022)²⁶.

Diante disso, emerge a urgência de as redes de ensino saberem o custo real de cada matrícula. O valor por aluno do Fundeb é uma referência, mas não reflete o custo efetivo para garantir qualidade em cada modalidade. A clareza sobre os custos permite análises de eficácia, por exemplo, para saber se o recurso está gerando as condições para uma educação de qualidade (Verhine, 2006)²⁷; de eficiência, para saber se estamos usando os recursos da melhor forma; e, mais importante, de equidade, para compreender se a alocação diferenciada está reduzindo desigualdades.

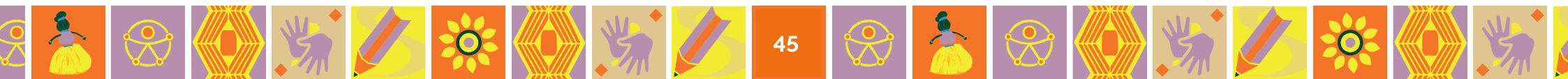
O recebimento de mais recursos, seja via ponderação do Fundeb ou programas específicos, implica responsabilidade da gestão de traduzir esse financiamento adicional em um investimento efetivamente diferenciado, que responda às necessidades específicas de cada estudante e de cada modalidade.

Para além da alocação de recursos para a oferta do direito à educação em cada modalidade, fazê-lo com equidade exige um olhar refinado sobre o orçamento. É fundamental avançar para um planejamento orçamentário sensível às múltiplas dimensões da equidade, como gênero, raça, deficiência, território e outras que se sobrepõem e intensificam as desigualdades. Um orçamento sensível à equidade é progressivo, destinando mais recursos para

.....
25. CALLEGARI, Caio. *Equidade educacional na Federação brasileira: o papel das transferências federais aos municípios*. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/50da91c8-4ce6-471f-890e-abb43df472b7/content>.

26. TRIPODI, Z. F.; DELGADO, V. M. S.; JANUÁRIO, E. AÇÃO AFIRMATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: SUBSÍDIOS À MEDIDA DE EQUIDADE DO FUNDEB. *Educação & Sociedade*, v. 43, p. e254823_pt, 2022.

27. VERHINE, R. E. *Custo aluno qualidade em escolas de educação básica: 2ª etapa – relatório nacional da pesquisa*. Brasília: Inep, 2006.



o público de maior vulnerabilidade, mas, além disso, é aquele capaz de identificar, em suas ações e programas, o impacto específico sobre cada um desses grupos. Isso implica criar mecanismos para monitorar se os recursos estão, de fato, contribuindo para reduzir desigualdades (Fundação Tide Setubal, s.d)²⁸. Gerir o orçamento para a educação, sob essa ótica, deixa de ser um exercício puramente técnico para se tornar prática de justiça social.

Educação Bilingue de Surdos

A Educação Bilingue de Surdos busca assegurar um ambiente escolar adequado, no qual a Libras seja reconhecida como língua de instrução, interação, comunicação e ensino, exigindo recursos diferenciados para a formação, infraestrutura e materiais pedagógicos que garantam o pleno desenvolvimento linguístico e cultural dos estudantes surdos. O financiamento desta modalidade, neste sentido, busca garantir o direito linguístico de uma minoria historicamente marginalizada e o acesso a uma educação de qualidade em sua própria língua.

1. A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NO FUNDEB

O Fundeb é o principal mecanismo de financiamento para os estudantes PAEBs. A lógica do Fundeb estabelece que quando a matrícula de escolarização estiver vinculada a uma turma espe-

cífica da modalidade Educação Bilingue de Surdos, conforme informado no Censo Escolar, a rede de ensino recebe, via Fundeb, o valor por estudante ponderado pelo fator 1,40. Isto é, se o valor por aluno de referência naquele ano é de R\$ 6.000 (peso 1), para cada matrícula na modalidade de EBS a rede receberá o repasse de R\$ 8.400 (peso 1,40). As matrículas da Educação Bilingue de Surdos em instituição conveniada são igualmente contadas, quando estiverem em instituição com atuação exclusiva na Educação Bilingue de Surdos e/ou na Educação Especial.

Ainda serão computadas duas vezes as matrículas da Educação Bilingue de Surdos de instituições públicas às quais esteja associada a prestação de Atendimento Educacional Especializado (AEE), devidamente indicado no Censo Escolar, seja em escola pública, seja em instituição conveniada, desde que tenha atuação exclusiva na Educação Especial.

2. PROGRAMAS FEDERAIS ESTRATÉGICOS PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Programa Dinheiro Direto na Escola Equidade (PDDE Equidade): O que é?

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) transfere recursos diretamente para as Unidades Executoras (UEX)²⁹ das escolas,

28. FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. Orçamentos sensíveis a gênero e raça: um guia prático para estados e municípios. AFLALO, Hannah M.; MARIN, Pedro. Fundação Tide Setubal. <https://fundacaotidesetubal.org.br/wp-content/uploads/2022/04/guia-orcamento-sensivel-agenero-e-raca.pdf>.

29. As Unidades Executoras (UEX) são entidades jurídicas de direito privado (APM, Caixa Escolar etc.) criadas para representar as escolas públicas e receber recursos diretamente do FNDE. Elas têm um CNPJ próprio e conta bancária específica para que recebam os recursos transferidos.

conferindo autonomia para que a comunidade escolar decida sobre a aplicação dos recursos em despesas de custeio e capital, conforme suas necessidades. Dentro desse programa, foram criadas ações específicas para promover a equidade, como

o PDDE Equidade (BRASIL, 2024b)³⁰, que destina recursos adicionais para escolas que atendem estudantes de determinadas modalidades de ensino, como é o caso da Educação Bilíngue de Surdos.

PDDE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (PDDE SRM)

Aspecto	Detalhes
O que é?	Recursos para promover acessibilidade das salas de recursos multifuncionais e bilíngues de surdos.
Finalidade	Aquisição ou adequação de equipamentos e materiais pedagógicos para Atendimento Educacional Especializado (AEE)
Valores	- R\$ 30.000 a R\$ 45.000 (conforme número de estudantes). - Repasse único para estruturação da sala.
Quem pode receber?	Escolas com: - Matrículas de estudantes do público da educação especial ou com estudantes surdos. - Espaço físico adequado para sala de recursos. - Unidade Executora (UEX) constituída.
Para que usar?	- Equipamentos tecnológicos (computadores, tablets). - Materiais pedagógicos bilíngues. - Mobiliário adequado. - Recursos de acessibilidade comunicacional.

30. BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 17, de 15 de agosto de 2024. Dispõe sobre as orientações, diretrizes, objetivos e beneficiários do Programa Dinheiro Direto na Escola Equidade (PDDE Equidade, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), às escolas públicas de Educação Básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 ago. 2024b. Seção 1, p. 58. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2024/resolucao-no-17-de-15-de-agosto-de-2024>.

Importante para o gestor: O PDDE SRM é recurso para criar ou adequar salas de recursos multifuncionais que também atendem ao PAEBS. Garanta que escolas com matrículas de estudantes surdos tenham UEx constituída e espaço físico adequado para serem elegíveis.

PDDE EQUIDADE – DIVERSIDADES – EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Aspecto	Detalhes
O que é?	Linha específica do PDDE Equidade para escolas que atendem Educação Bilingue de Surdos.
Valores	• Valor fixo de R\$ 1.850 por escola + Valor per capita de R\$ 20,00 por estudante da modalidade. • Teto de R\$ 3.700 por escola.
Quem pode receber?	Escolas com: • Matrículas de estudantes surdos • Unidade Executora (UEx) constituída.
Para que usar?	• Equipamentos audiovisuais (câmeras, TVs, computadores com webcams). • Softwares para produção de materiais em Libras. • Materiais pedagógicos bilíngues. • Recursos para produção de vídeos em Libras.

Estratégia de articulação: use PDDE SRM para estruturar sala de recursos bilingue (investimento inicial). Use PDDE Diversidades para manter e ampliar recursos anualmente (produção de materiais específicos da EBS). Juntos, garantem infraestrutura e autonomia da escola para produzir materiais específicos.

3. REFLETINDO SOBRE OS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A OFERTA DA MODALIDADE COM QUALIDADE: RECOMENDAÇÕES PARA UMA GESTÃO EFICAZ, EFICIENTE E EQUITATIVA.

3.1 Conhecendo as necessidades específicas: o que é preciso para ofertar Educação Bilingue de Surdos com qualidade?

Os recursos disponíveis na rede, em especial aqueles recebidos em função do atendimento de estudantes PAEBS, devem ser aplicados para garantir uma Educação Bilingue de Surdos de qualidade, o que demanda investimentos específicos que vão muito além da contratação de um intérprete. Trata-se de construir um ecossistema linguístico e culturalmente acessível, com condições materiais, pedagógicas e profissionais bilíngues que assegurem o pleno desenvolvimento dos estudantes surdos. Os recursos destinados à EBS buscam reconhecer essas necessidades específicas e garantir que as redes de ensino tenham condições de ofertar essa modalidade com a qualidade que os estudantes surdos têm direito. Para planejar essa oferta, é fundamental que o gestor conheça as necessidades específicas dessa modalidade e mapeie os investimentos necessários em diferentes dimensões:

- **Infraestrutura visualmente acessível:** compreender as características de um ambiente que garanta acessibilidade linguística e comunicacional para estudantes surdos, incluindo iluminação adequada, sinalizações visuais, tecnologias assistivas e espaços que favoreçam a comunicação em Libras.
- **Equipe multiprofissional bilíngue de surdos:** dimensionar a equipe completa de profissionais fluentes em Libras necessária para garantir que a Libras seja efetivamente a língua de instrução, interação, comunicação e ensino.
- **Materiais pedagógicos bilíngues de surdos:** planejar a produção ou aquisição de materiais didáticos que partam da experiência visual e da cultura surda, incluindo vídeos em Libras, recursos visuais adequados e materiais específicos para o ensino de português como segunda língua (L2).
- **Formação continuada especializada:** garantir no planejamento orçamentário a formação permanente de toda a equipe, incluindo aprofundamento em Libras, metodologias de ensino bilíngue e conhecimentos sobre cultura surda.

3.2 Planejamento orçamentário sensível à equidade

É fundamental que o gestor desenvolva um olhar refinado sobre como os recursos financeiros gastos em sua rede impactam de forma diferenciada os diversos sujeitos surdos. Um orçamento sensível à equidade na Educação Bilíngue de Surdos é aquele capaz de identificar essas diferenças e de garantir que todos tenham as mesmas oportunidades de formação e que estudantes

surdos com outras deficiências associadas recebam os apoios necessários para sua plena participação. As orientações a seguir auxiliam o gestor a avaliar essa sensibilidade.

PERGUNTAS-GUIA E ORIENTAÇÕES PARA O GESTOR

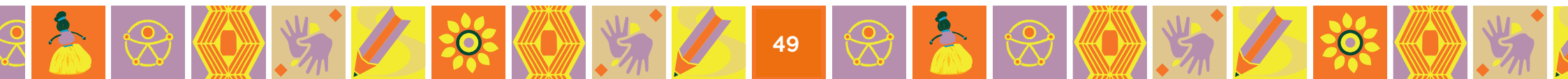
- **Existem programas e ações específicas no orçamento (PPA, LDO, LOA) destinados ao público da educação bilíngue de surdos?**

Por que essa pergunta importa: a existência de programas e ações específicas no PPA, desdobrados na LDO e LOA, garante visibilidade orçamentária e política para a EBS, facilitando o monitoramento e a prestação de contas.

Caminhos possíveis

Se há programas específicos:

- Avaliar a dotação orçamentária: os recursos são suficientes para atender às demandas identificadas? Comparar com as necessidades mapeadas (equipe, infraestrutura, materiais, formação).
- Monitorar a execução: criar indicadores de acompanhamento trimestral para garantir que os recursos estão sendo efetivamente aplicados.
- Documentar os resultados: registrar os avanços alcançados



Se não há programas específicos:

- Identificar nos programas universais: mapear como os recursos de programas gerais (exemplo: Melhoria da Qualidade da Educação Básica) impactam o PAEBs. Quantos estudantes surdos são beneficiados? Quais ações chegam até eles?
- Propor ação específica no próximo PPA: elaborar proposta de programa/ação específica para a EBS com justificativa técnica (demanda, custos e resultados esperados). Usar dados do Censo Escolar e desta publicação como subsídio.

- Criar marcadores no orçamento: mesmo sem programa específico, é possível criar "marcadores" ou "tags" no sistema orçamentário para identificar despesas relacionadas à EBS dentro de programas universais.

Financiar a Educação Bilingue de Surdos é um ato de reconhecimento de um direito linguístico e cultural. Uma gestão comprometida com a equidade deve compreender a diferença fundamental entre o modelo inclusivo (com intérprete) e o modelo bilingue (com a Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino). É preciso atuar para a criação de escolas e classes bilingues, investir na formação e contratação de professores bilingues surdos ou ouvintes e fluentes em Libras e garantir que os recursos sejam utilizados para construir um ambiente escolar no qual os estudantes surdos possam aprender, se desenvolver e afirmar sua identidade linguística e cultural.

e das vulnerabilidades ao abandono. Ao articular identificação, acompanhamento e resposta intersetorial às situações de vulnerabilização, a Busca Ativa Escolar oferece um marco metodológico consistente para orientar decisões de planejamento e gestão da matrícula e da permanência, especialmente no caso de estudantes historicamente excluídos ou invisibilizados pelas políticas educacionais.

Ao longo do capítulo, as recomendações apresentadas se alinham à perspectiva da Busca Ativa Escolar ao reconhecer que garantir o direito à educação exige ações contínuas, coordenadas e territorializadas, que não podem prescindir do compromisso institucional com o acompanhamento das trajetórias escolares. Para conhecer mais sobre a estratégia, seus princípios e ferramentas, acesse: <https://buscaativaescolar.org.br>.

1. POR ONDE COMEÇAR: SITUAÇÕES REAIS QUE DESAFIAM A GESTÃO

Será que os gestores públicos já se perguntaram alguma vez:

1. A rede sabe onde estão os estudantes PAEBs? Tem sido mapeado quantos bebês nasceram surdos ou com deficiência auditiva/surdocegueira nos últimos anos no seu território ou eles só aparecem na escola aos 4 ou 5 anos, muitas vezes sem introdução linguística alguma?
2. A "inclusão" está gerando solidão? Quantos estudantes PAEBs na rede estão matriculados sozinhos em turmas de ouvintes,

tendo apenas o intérprete como interlocutor? Já foi avaliado se essa configuração garante, de fato, o desenvolvimento linguístico e a socialização?

3. Como a secretaria organiza a matrícula de crianças PAEBs na educação infantil, considerando a importância da exposição precoce à Libras como primeira língua (L1)?
4. Como a rede lida com o "atraso" linguístico? Quando chega um estudante PAEBs de 10 anos que não sabe Libras nem português, a rede o matricula automaticamente no 4º/5º ano pela idade, sem levar em consideração que ele não tem a base linguística para acessar o currículo?
5. A escola recusa matrícula por "falta de intérprete"? A gestão já viveu o dilema de famílias terem como resposta "não temos vaga" porque a escola alega não ter o profissional de apoio contratado, condicionando o direito à matrícula à burocracia da contratação?
6. As decisões sobre composição de turmas garantem a convivência entre pares PAEBs ou acabam produzindo isolamento linguístico e cultural?

Essas situações fazem parte do cotidiano das redes que atendem o público da Educação Bilíngue de Surdos. O modo como a gestão organiza matrícula, busca ativa e composição de turmas pode ser determinante para garantir que a escola se constitua como **ambiente linguístico acessível, culturalmente referenciado e promotor de pertencimento** ou se constitua como espaço de exclusão comunicacional.

2. A TEORIA POR TRÁS DA PRÁTICA

A Educação Bilíngue de Surdos, reconhecida como modalidade da educação básica pela Lei nº 14.191/2021, fundamenta-se no direito das pessoas surdas ao acesso à educação em Libras como primeira língua (L1) e à língua portuguesa escrita como segunda língua (L2). Esse marco legal desloca a matrícula e a enturmação do campo meramente administrativo para o campo dos **direitos linguísticos, culturais e humanos**. Isso quer dizer que a literatura e a legislação convergem em um ponto fundamental: **a pessoa surda tem o direito de não ser só.**

Isso significa que a organização da matrícula, a rematrícula e a composição de turmas, frequentemente compreendidas como destituídas de um caráter pedagógico – se inscrevendo no rol de medidas meramente administrativas ou burocráticas –, precisam ser significadas como processos **produtores de oportunidades** que expressam a capacidade da gestão educacional de criar as condições para a garantia do direito à educação aos estudantes atendidos por essa modalidade da educação básica. Garantir a matrícula e organizar classes/turmas bilíngues adequadas significa criar condições reais para o acesso, a aprendizagem, a permanência e o êxito escolar dos estudantes.

Ao contrário do que o senso comum tende a imaginar, a matrícula e a enturmação têm um papel estruturante na permanência de estudantes nas diferentes modalidades da educação básica, porque não se resumem a atos administrativos: produzem condições

(ou barreiras) concretas de acesso, pertencimento, permanência e êxito. Quando pensadas sem intencionalidade pedagógica e de equidade, tendem a operar como mecanismos silenciosos de exclusão; quando orientadas por uma lógica de direitos, podem sustentar trajetórias escolares mais longas e significativas.

A **matrícula define quem entra, quando entra e em que condições entra no sistema educacional**. Por essa razão, ela pode ser um ato de reparação ou de triagem excludente, a depender da lógica que a orienta. No caso da Educação Bilíngue de Surdos, ela pode operar como:

- um **ato de reparação**, ao assegurar acesso à Libras, à cultura surda e à convivência com pares; ou
- um **mecanismo de exclusão**, quando reduzida à inserção do estudante em classes comuns sem ambiente linguístico adequado.

A enturmação, por sua vez, quando compreendida como política pedagógica, evidencia que **enturmar é organizar ambientes linguísticos**. Ela define **com quem o estudante aprende, em que língua, sob quais expectativas pedagógicas e em que condições de interação**. Para a Educação Bilíngue de Surdos, trata-se de um fator decisivo para a permanência e para o desenvolvimento linguístico. A matrícula em Educação Bilíngue de Surdos não é a mesma coisa que matrícula em classe comum com intérprete. São, ao contrário, propostas diferentes, sendo a modalidade Educação Bilíngue de Surdos garantida por lei (Lei nº 14.191/21).

Assim, para favorecer a permanência e prevenir a evasão, a enturmação deve observar princípios como:

- evitar a dispersão de estudantes surdos em turmas isoladas;
- garantir a presença de pares linguísticos sinalizantes de Libras;
- assegurar professores regentes bilíngues, surdos ou ouvintes, fluentes em Libras;
- respeitar a experiência visual e a cultura surda como eixos estruturantes da organização pedagógica.

Diferentemente do modelo urbano padrão ou da inclusão generalista, a enturmação na Educação Bilingue de Surdos é um ato de política linguística que precisa considerar:

- **Matrícula como acolhimento linguístico:** a matrícula define a entrada da criança em uma comunidade linguística. Para as crianças surdas, a escola muitas vezes é o único lugar onde elas terão contato com a Libras, já que 95% delas nascem em famílias ouvintes. Se a matrícula a direciona para uma turma na qual ninguém fala sua língua, nega-se o direito humano fundamental à comunicação.
- **Enturmação como estratégia de pares:** aprende-se língua com pares. A teoria da Educação Bilingue de Surdos exige o agrupamento de surdos. Uma turma com cinco alunos surdos e um professor bilíngue traz vantagens pedagógicas em relação a cinco alunos surdos espalhados em cinco escolas dife-

rentes com cinco intérpretes. A dispersão enfraquece a língua, o agrupamento a fortalece.

- **Equidade no ponto de partida:** a gestão precisa reconhecer que o estudante surdo muitas vezes chega à escola com privação linguística (sem língua estruturada). A composição da turma deve respeitar esse tempo de aquisição da Libras como L1 (primeira língua) antes ou concomitantemente ao aprendizado do português como L2 (segunda língua). Agrupar apenas por idade cronológica, sem considerar o perfil linguístico, é uma forma de exclusão.

Portanto, as iniciativas que visam assegurar acesso, êxito escolar, permanência e qualidade com equidade precisam adotar abordagem preventiva.

3. CAMINHOS DE GESTÃO: O QUE FAZER E COMO FAZER

Esta seção convida você a transformar princípios em decisões concretas. Depois de compreender a matrícula e a enturmação como atos pedagógicos, torna-se necessário explicitar quais caminhos de gestão podem ser adotados para que esses processos contribuam, de fato, para garantir o acesso, a permanência, o êxito escolar e a continuidade das trajetórias escolares dos estudantes da Educação Bilingue de Surdos.

Aqui são sugeridas ações que partem do pressuposto de que garantir o direito à educação começa com a oferta de vagas e

prossegue na gestão ativa, no monitoramento contínuo e na capacidade de revisão de práticas pelas secretarias e suas equipes.

Nesta seção, são apresentados procedimentos, estratégias e dispositivos de gestão que podem ser mobilizados para:

- organizar a matrícula de modo a remover barreiras de acesso;
- planejar a enturmação como fator de permanência e não de exclusão;
- alinhar normas, fluxos administrativos e decisões pedagógicas; e
- apoiar as unidades escolares na implementação das modalidades educativas.

Ao trazer propostas que explicitam possibilidades de “o que fazer” e “como fazer”, esta seção busca apoiar gestões e equipes técnicas a operar mudanças possíveis, sustentáveis e orientadas pela equidade – considerando os limites administrativos, as condições de oferta existentes e as responsabilidades próprias das Secretarias de Educação na coordenação do sistema, respeitando as especificidades das modalidades e fortalecendo a função pública das redes de ensino.

3.1 Procedimentos de matrícula e rematricula

Mapeamento territorial intersetorial: realizar anualmente um levantamento contínuo de crianças, adolescentes, jovens e adultos

surdos no território, em articulação com as áreas da saúde (triagem auditiva neonatal, atenção básica), assistência social e organizações da comunidade surda. Esse mapeamento deve subsidiar o planejamento da oferta de classes, turmas e escolas bilíngues.

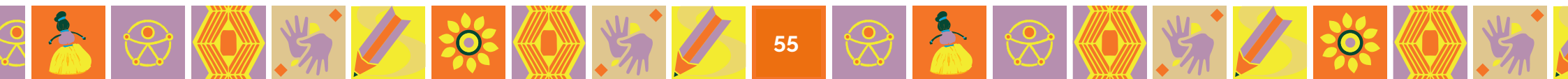
Matrícula imediata e contínua: estabelecer protocolos que garantam matrícula em qualquer período do ano letivo para estudantes surdos recém-identificados, evitando atrasos que comprometam o acesso à Libras e à escolarização e garantindo matrícula prioritária em classes/turmas bilíngues, não em classes comuns com intérpretes.

Orientação qualificada às famílias: assegurar que as famílias recebam informações nítidas sobre o direito à Educação Bilíngue de Surdos, evitando que a matrícula seja condicionada exclusivamente à escolha pela oralização ou a decisões informadas por desconhecimento dos direitos linguísticos.

Registro adequado do estudante: garantir que o estudante seja corretamente identificado nos sistemas de matrícula como público da Educação Bilíngue de Surdos, possibilitando planejamento da oferta, financiamento e acompanhamento.

3.2 Diretrizes operacionais de Busca Ativa Escolar

A organização da matrícula e da permanência na Educação Bilíngue de Surdos deve dialogar de forma direta e estruturada com as diretrizes operacionais da estratégia Busca Ativa Escolar, reconhecida nacionalmente como referência para o enfrentamento da



exclusão escolar. No contexto da Educação Bilingue de Surdos, a Busca Ativa Escolar assume especificidade própria, uma vez que a exclusão educacional de crianças, adolescentes e jovens surdos está historicamente associada à negação de seus direitos linguísticos, à ausência de ambientes bilíngues adequados e à invisibilização da Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino.

Diferentemente de outras modalidades, a condição de estar "fora da escola" para sujeitos surdos não se limita à ausência de matrícula formal, mas inclui situações em que há matrícula sem garantia de acesso linguístico, sem oferta de ensino em Libras, sem pares linguísticos ou sem profissionais qualificados. Nessas circunstâncias, a permanência formal não se converte em efetivo direito à educação. Assim, a **Busca Ativa Escolar** na Educação Bilingue de Surdos deve ser compreendida como **estratégia permanente de identificação, acompanhamento e resposta institucional às situações de exclusão linguística, pedagógica e cultural** que atravessam as trajetórias escolares do público da modalidade.

Para assegurar coerência entre a Busca Ativa Escolar e as prerrogativas legais da Educação Bilingue de Surdos, é fundamental às Secretarias de Educação:

- **Integrar explicitamente a Educação Bilingue de Surdos aos fluxos da Busca Ativa Escolar**, garantindo que crianças, adolescentes, jovens e adultos surdos identificados fora da escola, em infrequência ou em risco de abandono sejam encaminha-

dos, prioritariamente, para ofertas bilíngues que assegurem a Libras como língua de ensino, instrução, comunicação e interação, conforme estabelece a Lei nº 14.191/2021.

- **Reconhecer a exclusão escolar de pessoas surdas como fenômeno contínuo e multifacetado**, que não se resolve apenas por meio da matrícula administrativa, mas também exige a verificação das condições reais de acesso linguístico, da presença de pares surdos, de professores bilíngues e de ambientes visualmente acessíveis.
- **Articular a Busca Ativa Escolar com a leitura territorial da população surda**, considerando dados da saúde, da assistência social, de associações de surdos, de centros de reabilitação auditiva, de serviços de atenção à pessoa com deficiência e de organizações comunitárias, de modo a tornar visíveis sujeitos surdos historicamente afastados da escola por ausência de oferta bilíngue.
- **Assegurar o acompanhamento sistemático das trajetórias escolares dos estudantes surdos**, articulando identificação, matrícula, permanência e monitoramento da frequência, com atenção especial às situações de abandono decorrentes de barreiras linguísticas, ausência de profissionais bilíngues ou inadequação da organização escolar.

A adoção das **diretrizes da Busca Ativa Escolar**, articuladas aos fundamentos da Educação Bilingue de Surdos, reforça a compreensão de que o direito à educação das pessoas surdas não pode depender exclusivamente da iniciativa individual das famí-

lias ou dos próprios estudantes. Nesse sentido, a Busca Ativa Escolar deixa de ser um instrumento acessório e passa a constituir eixo estruturante da política de Educação Bilíngue de Surdos, orientando decisões de matrícula, organização da oferta, alocação de profissionais e planejamento territorial, em consonância com os direitos linguísticos e educacionais assegurados pela legislação brasileira e pelos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

3.3 Organização das turmas considerando as características da modalidade

Classes/turmas bilíngues como escolha pedagógica: reconhecer as classes/turmas bilíngues de surdos como organização pedagógica própria, e não como solução provisória. Garantir professor regente bilíngue, fluente em Libras e ambiente linguístico em Libras.

Criação de Escolas-Polo e classes bilíngues: em municípios onde não há demanda para uma escola inteiramente bilíngue, a estratégia correta é a nuclearização. Escolher uma escola central e acessível e concentrar ali a oferta da modalidade, garantindo transporte para os alunos. O que evitar: "pulverizar" matrículas, colocando uma criança surda em cada escola do bairro.

Transporte escolar diferenciado: se a estratégia é agrupar os surdos em uma Escola-Polo, o transporte escolar é a espinha dorsal do acesso. A rota deve ser desenhada para buscar os alunos em seus bairros e municípios vizinhos e levá-los à escola de re-

ferência bilíngue, que pode não ser a mais próxima de sua casa, mas deve ser a mais próxima de sua língua e cultura.

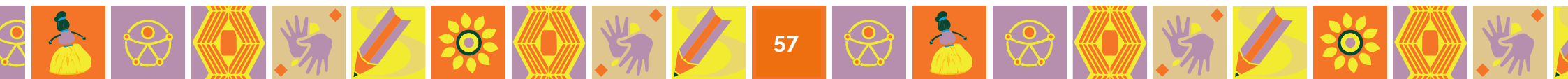
Turmas multisseriadas bilíngues: a turma multisseriada na Educação Bilíngue de Surdos é uma solução pedagógica legítima e necessária. É preferível ter uma turma multisseriada (exemplo: 1º ao 3º ano) com oito alunos surdos e um professor bilíngue, em que a instrução é direta em Libras, a ter esses oito alunos seriados em turmas de ouvintes que perdem o conteúdo pela barreira linguística e cultural.

Critério de agrupamento: priorizar o nível de proficiência em Libras e a faixa etária. Podem ser criados dois grupos: "Grupo de aquisição", para quem chega sem língua (foco total em imersão em Libras) e "Grupo de escolarização", para quem já domina a Libras e segue o currículo da base comum.

Evitar isolamento linguístico: sempre que possível, buscar não organizar turmas com apenas um estudante surdo. O isolamento compromete o desenvolvimento linguístico, social e identitário.

3.4 Diálogos entre secretarias e programas para garantir acesso e permanência

A garantia do acesso, da permanência e do êxito escolar dos estudantes depende de articulação intersetorial estruturada, uma vez que a identificação precoce da surdez, o acesso à Libras, o apoio às famílias e a continuidade da escolarização envolvem diferentes políticas públicas.



Diferentemente de outras modalidades, na Educação Bilingue de Surdos **a temporalidade das ações intersetoriais é decisiva**: atrasos na identificação, na matrícula ou na organização do ambiente linguístico produzem impactos duradouros no desenvolvimento linguístico e cognitivo dos estudantes. Por essa razão, a atuação articulada não pode ser episódica ou informal, devendo ser institucionalizada, monitorada e continuamente ajustada.

Parcerias com universidades: articular-se com instituições formadoras para apoiar (i) a formação inicial e continuada de professores bilíngues e fluentes em Libras, instrutores surdos, tradutores e guias-intérpretes de Libras; (ii) a produção de materiais didáticos bilíngues, em Libras e língua portuguesa escrita, alinhados ao currículo; e (iii) o desenvolvimento de pesquisas aplicadas sobre práticas pedagógicas bilíngues, permanência escolar e organização de turmas, para o fortalecimento da capacidade institucional. Essa parceria deve ser orientada por demandas concretas da rede, evitando ações pontuais e descoladas da realidade da gestão.

Saúde e educação: construir protocolos conjuntos para que a identificação da surdez seja acompanhada de orientação educacional às famílias, e não restrita à dimensão clínica; definir claramente que diagnóstico de surdez **não substitui, não posterga e não condiciona a matrícula escolar**, evitando atrasos sob a justificativa de tratamentos, próteses ou terapias. O estudante surdo frequentemente falta para manutenções de implante coclear, fonoaudiologia ou consultas longe do município. A gestão deve garantir que essas ausências médicas não se tornem evasão escolar, criando planos de reposição ou flexibilidade no calendário.

Assistência social e educação: identificação de crianças, adolescentes, jovens e adultos surdos atendidos por Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e serviços de proteção social básica e especial; pactuar que a orientação às famílias não seja centrada apenas em benefícios ou encaminhamentos terapêuticos, mas também inclua o direito à educação bilingue de surdos; assegurar o acompanhamento de famílias que enfrentam barreiras materiais para garantir frequência escolar (transporte, alimentação, renda, cuidados); fazer mediação com famílias que, por desinformação ou experiências negativas anteriores, resistem à matrícula ou à permanência escolar; reportar situações de evasão e infrequência de estudantes surdos para que sejam identificadas possíveis barreiras comunicacionais e institucionais, para além dos fatores familiares.

A permanência escolar dos estudantes não se sustenta apenas na sala de aula. Ela é resultado de **decisões articuladas entre políticas públicas**, iniciadas antes da matrícula e mantidas ao longo de toda a trajetória escolar. Cabe às Secretarias de Educação liderar esse processo, assegurando que cada setor cumpra seu papel de forma coordenada, orientada por direitos e comprometida com a equidade linguística.



4. CASOS DO DIA A DIA DA EDUCAÇÃO

CASO 1 | O desafio da matrícula tardia de crianças surdas na educação infantil

Contexto: em um determinado município, a Secretaria de Educação identificou, por meio da atenção básica de saúde, cinco crianças surdas entre 3 e 5 anos que nunca frequentaram a educação infantil. As famílias relatam que, após o diagnóstico, receberam orientações voltadas exclusivamente para terapias e uso de aparelhos auditivos, sem informações sobre o direito à Educação Bilíngue de Surdos. Quando procuram a secretaria, são orientadas a aguardar a formação de turma ou a matricular as crianças em escolas regulares com presença de professor surdo. Como resultado, as crianças seguem fora da escola ou ingressam tardiamente, sem acesso à Libras.

Análise: a situação evidencia a fragilidade da articulação entre saúde e educação e a compreensão limitada da Educação Bilíngue de Surdos como política pública. A ausência de matrícula precoce em ambientes linguísticos adequados compromete o desenvolvimento linguístico, cognitivo e social das crianças surdas. O atraso não é resultado de decisão familiar isolada, e sim de **falha institucional**, que posterga o direito à Libras e naturaliza a exclusão nos primeiros anos da escolarização.

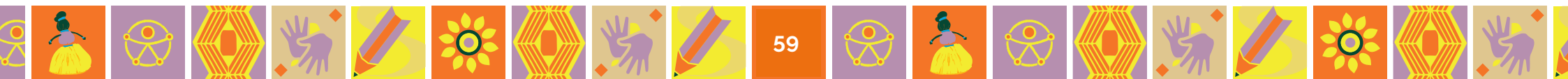
Caminhos possíveis

Para a Secretaria:

- Estabelecer protocolo formal com a Secretaria de Saúde para que toda identificação de surdez seja acompanhada de encaminhamento imediato à educação.
- Garantir matrícula contínua na educação infantil, independentemente do período do ano letivo.
- Organizar turma/classe bilíngue de educação infantil, ainda que com número reduzido de crianças.
- Promover orientação sistemática às famílias sobre direitos linguísticos e educacionais, com apoio de profissionais bilíngues e da comunidade surda.

Para a escola:

- Preparar o ambiente escolar para acolher as crianças, garantindo Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino e interação desde o primeiro dia.
- Planejar práticas pedagógicas centradas na experiência visual e na interação entre pares.
- Estabelecer comunicação constante com as famílias, fortalecendo vínculos e confiança no processo escolar.
- Registrar e acompanhar o desenvolvimento linguístico das crianças, evitando comparações com parâmetros ouvintes.



CASO 2 | Estudantes surdos dispersos na rede e ausência de pares linguísticos

Contexto: em um município de médio porte, há 12 estudantes surdos distribuídos em 8 escolas diferentes. Cada unidade conta com, no máximo, um estudante surdo por turma, atendido por tradutor e intérprete de Libras em alguns períodos da semana. Não há classes ou escolas bilíngues organizadas. A frequência é irregular, o rendimento escolar é baixo e algumas famílias cogitam tirar os filhos da escola, alegando que eles “não aprendem” e “ficam isolados”.

Análise: a dispersão dos estudantes surdos configura isolamento linguístico institucionalizado. Embora haja matrícula formal, não existe acesso real à Educação Bilíngue de Surdos, uma vez que a presença de intérprete não substitui a Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino. A ausência de pares surdos impede a constituição de um ambiente linguístico e culturalmente significativo, afetando diretamente a permanência e o êxito escolar.

Caminhos possíveis

Para a Secretaria:

- Realizar levantamento territorial para mapear a localização dos estudantes e avaliar possibilidades de reorganização da oferta.
- Criar Escola-Polo ou turma/classe bilíngue de surdos, garantindo transporte escolar adequado quando necessário.

- Priorizar a composição de turmas com mais de um estudante surdo, assegurando interação entre pares.
- Redefinir critérios administrativos que dificultam a centralização da oferta em ambientes bilíngues.

Para a escola:

- Apoiar o processo de transição dos estudantes para a classe ou escola bilíngue, garantindo continuidade pedagógica.
- Dialogar com as famílias, explicando as razões pedagógicas da reorganização.
- Registrar e compartilhar informações pedagógicas que subsidiem o planejamento da nova turma.
- Evitar práticas que reforcem a ideia de fracasso individual do estudante surdo.

CASO 3 | A viabilidade da classe/turma bilíngue

Contexto: a Secretaria de Educação de um município pequeno identifica apenas quatro estudantes surdos em idade escolar. Diante do número reduzido, a equipe técnica avalia que não é “viável” criar uma classe/turma bilíngue e decide manter os estudantes em classes comuns, com apoio eventual de intérpretes. As famílias manifestam insatisfação e dois estudantes apresentam infrequência recorrente.



Análise: o caso revela a prevalência de critérios de racionalização administrativa sobre o direito à educação. Na Educação Bilíngue de Surdos, o baixo número de matrículas não pode ser argumento para negar a oferta da modalidade. A inexistência de ambiente linguístico adequado compromete a permanência e o êxito escolar, aprofundando desigualdades, sobretudo em municípios de pequeno porte.

Caminhos possíveis

Para a Secretaria:

- Reconhecer a turma multisseriada bilíngue como organização pedagógica legítima.
- Avaliar a criação de Escola-Polo regional, em articulação com municípios vizinhos;
- Garantir professor regente bilíngue fluente em Libras, ainda que para turma reduzida.
- Prever financiamento específico e planejamento de médio prazo para ampliação da oferta.

Para a escola:

- Organizar práticas pedagógicas que valorizem a interação visual e a aprendizagem colaborativa.
- Garantir que a Libras seja a língua de ensino em todas as atividades.

- Fortalecer o vínculo com as famílias, demonstrando compromisso institucional com a permanência.
- Monitorar frequência e participação dos estudantes, ajustando práticas sempre que necessário.

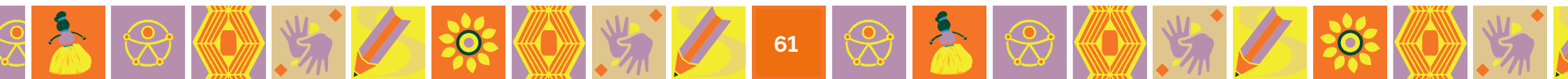
Sugestão de ferramentas de apoio

FERRAMENTA | *Checklist* para planejamento da matrícula na Educação Bilíngue de Surdos

Objetivo: apoiar a Secretaria de Educação a verificar se as condições mínimas para a matrícula de estudantes surdos garantem acesso real à escolarização bilíngue, e não apenas à vaga formal.

Identificação e mapeamento

- Existe levantamento atualizado de crianças, adolescentes, jovens e adultos surdos no território?
- O mapeamento inclui crianças, adolescentes, jovens e adultos fora da escola e estudantes dispersos em classes comuns?
- Há articulação formal com a Secretaria de Saúde para identificação precoce da surdez?
- Há fluxo de comunicação com a Secretaria de Assistência Social para localizar famílias e acompanhar situações de vulnerabilidade?



Condições de acesso

- A rede garante matrícula contínua, em qualquer período do ano letivo, para estudantes surdos?
- A matrícula assegura acesso à Libras como língua de ensino, e não apenas apoio por intérprete?
- As famílias recebem orientação qualificada sobre o direito à Educação Bilingue de Surdos?
- O estudante é corretamente identificado nos sistemas como público da Educação Bilingue de Surdos?

Planejamento da oferta

- A Secretaria de Educação avalia a necessidade de classes, turmas ou Escolas-Polo bilíngues antes da abertura do período de matrícula?
- Há previsão de profissionais bilíngues (professores fluentes em Libras, instrutores surdos e intérpretes/tradutores) antes do início das aulas?
- O planejamento considera cenários de baixo número de matrículas sem negar o direito à modalidade?



8. Alocação de profissionais da educação

Lara Simielli³²

Entre todos os recursos que compõem uma rede de ensino, os profissionais da educação – em especial professores e equipes pedagógicas – exercem impacto decisivo sobre o acesso, a participação, a aprendizagem e a permanência dos estudantes. Esse impacto é ainda mais relevante em contextos marcados por desigualdades sociais, territoriais, linguísticas e educacionais. Apesar da sua importância, sabe-se que professores não são distribuídos ou alocados de maneira uniforme entre etapas de ensino, modalidades e territórios.

A Educação Bilíngue de Surdos (EBS) constitui um direito linguístico, identitário, cultural e educacional da população surda brasileira. Sua efetivação depende, de forma decisiva, da presença de profissionais com formação adequada, fluência linguística e compreensão das especificidades pedagógicas e culturais das Comunidades Surdas e do Povo Surdo.

Nesse contexto, a alocação de professores e demais profissionais da educação não é apenas uma decisão administrativa, mas também uma estratégia central de equidade. Gestores das secretarias municipais, distrital e estaduais de Educação enfrentam o desafio de organizar a oferta da EBS em realidades marcadas por restrições orçamentárias, escassez de profissionais especializados, baixa demanda em alguns territórios e concentração de estudantes em outros. Para redes pequenas e médias, esses desafios são ainda mais intensos, exigindo planejamento intencional, uso estratégico dos recursos disponíveis e articulação entre políticas.

Este capítulo tem como objetivo apoiar gestores públicos na reflexão e no planejamento da alocação equitativa de profissionais na Educação Bilíngue de Surdos, oferecendo orientações práticas baseadas em marcos normativos e em desafios concretos vivenciados pelas redes de ensino.

.....
32. Professora no Departamento de Gestão Pública da FGV EAESP. Seus temas de pesquisa incluem planejamento e gestão de políticas públicas, equidade e política educacional.

2. CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NO CONTEXTO DAS REDES DE ENSINO

Em 2024, havia aproximadamente 2,4 milhões de docentes na educação básica brasileira, de acordo com o Censo Escolar³³. Do total de 47 milhões de estudantes da educação básica, cerca de 60 mil têm surdez, deficiência auditiva e surdocegueira³⁴. A maioria está matriculada em classes comuns, com apenas 10% dos estudantes em classes exclusivas. (Ver Capítulo 3, Diretrizes sobre a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos, para mais dados sobre a EBS.)

Em relação à formação, 81,9% dos professores brasileiros possuem nível superior completo e 10,6% têm curso de ensino médio normal/magistério (Inep, 2025a). Ainda há, assim, aproximadamente 180 mil professores brasileiros que não possuem a formação mínima para lecionar, de acordo com a legislação. Em relação à adequação da formação docente – ou seja, se as turmas têm aulas ministradas por professores com formação na mesma área da disciplina que lecionam –, temos um cenário um pouco mais desafiador. Nos anos finais do ensino fundamental, o percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada é menor do que nos anos iniciais, com maiores desafios nas regiões Norte e Nordeste.

No caso específico da Educação Bilíngue de Surdos, dados do Inep (2024)³⁵ revelam um cenário preocupante no que se refere à formação de docentes. Apenas 2.501 professores, em todo o Brasil, possuem formação continuada específica, com carga horária mínima de 80 horas, para atuação nessa modalidade escolar. Esse quadro está diretamente relacionado à insuficiente oferta de formação inicial específica no país, uma vez que, em todo o território nacional, até o ano de 2024, apenas duas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ofertavam o curso de Pedagogia Bilíngue (e-MEC, 2024)³⁶. Esse número foi ampliado para três IFES em 2025, com o início da oferta do referido curso pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

A composição do quadro de profissionais evidencia desafios: apenas 8,79% dos docentes são surdos ou com deficiência auditiva, enquanto 91,21% são ouvintes, reforçando a necessidade de ampliar a representatividade surda nos espaços escolares. O atendimento a estudantes surdocegos é ainda mais restrito: das 534 matrículas em classes comuns, apenas 6,18% contam com Guia-Intérprete, e nas 88 matrículas em turmas bilíngues, há apenas 1 profissional disponível.³⁷

Para além desse cenário desafiador, vale reforçar que a EBS pode ser ofertada de variadas formas: em escolas bilíngues de surdos,

33. Inep (Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira) (2025). Censo Escolar da Educação Básica 2024 – Resumo Técnico.

34. Inep (Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira) (2025). Sinopse Estatística da Educação Básica 2024.

35. Inep (Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira) (2025). Sinopse Estatística da Educação Básica 2024.

36. Dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC), disponível em <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>.

37. Inep (Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira) (2025). Sinopse Estatística da Educação Básica 2024.

classes/turmas bilíngues, escolas comuns ou polos de educação bilíngue de surdos. Essa diversidade de formas de oferta exige das redes clareza quanto à sua política linguística e coerência entre a proposta pedagógica e a alocação dos profissionais.

A ainda limitada disponibilidade de dados sistematizados sobre a formação específica em Educação Bilíngue de Surdos e a docência bilíngue, aliada à escassez de professores surdos e de profissionais fluentes em Libras, impõem limites objetivos à implementação da modalidade. Ainda assim, cabe à gestão pública identificar prioridades, reduzir desigualdades internas e garantir que estudantes com maiores demandas tenham acesso aos profissionais mais qualificados disponíveis.

Nesse sentido, a alocação equitativa pressupõe reconhecer que estudantes PAEBS não constituem um grupo homogêneo e que suas necessidades educacionais variam conforme idade, trajetória escolar, contexto familiar, condição socioeconômica, raça, gênero, território e outras dimensões que atravessam a experiência educacional.

3. O QUE SIGNIFICA ALOCAR DE FORMA EQUITATIVA?

Alocar de forma equitativa não significa distribuir profissionais de maneira uniforme entre escolas ou estudantes, mas sim alocar de acordo com as necessidades educacionais identificadas, os contextos territoriais e as barreiras existentes.

Planejar a alocação de profissionais na Educação Bilíngue de Surdos requer integrar decisões sobre formação, contratação, organização da oferta, infraestrutura e acompanhamento pedagógico. Mais do que distribuir profissionais de forma uniforme, trata-se de direcionar recursos de maneira estratégica, considerando as necessidades específicas dos estudantes e as capacidades institucionais da rede.

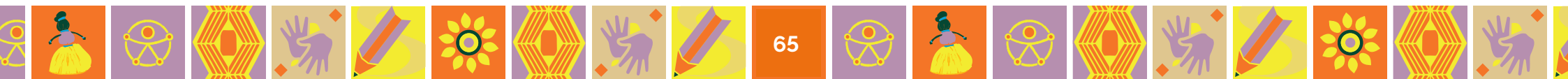
A seguir, são apresentados alguns desafios centrais que podem orientar o diagnóstico e o planejamento das Secretarias de Educação, sempre com foco em caminhos possíveis de ação.

3.1. Docência bilíngue

A docência bilíngue é o eixo estruturante da Educação Bilíngue de Surdos. A presença de professores fluentes em Libras, com formação específica para atuação na modalidade, é condição fundamental para a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.

Caminhos possíveis:

- Mapear o nível de fluência em Libras e a formação dos professores que já atuam na rede.
- Priorizar a alocação de professores bilíngues nas turmas com maior concentração de estudantes surdos.
- Valorizar a atuação de professores surdos e criar estratégias para sua permanência e desenvolvimento profissional.



- Articular a formação continuada com decisões de alocação, evitando que professores formados sejam destinados a contextos em que não possam atuar na modalidade.
- Levantar o número de professores bilíngues e fluentes em Libras, assim como profissionais da educação capacitados para atuar com consciência linguística e competência sociocultural nas especificidades desta modalidade de ensino, preferencialmente professores surdos.

3.2. Direitos linguísticos e comunicacionais

Os direitos linguísticos e comunicacionais envolvem garantir que a Libras esteja presente em todas as interações pedagógicas e institucionais vivenciadas pelos estudantes surdos. Isso inclui a atuação de professores regentes bilíngues, surdos ou ouvintes, ambos fluentes em Libras, professores de Libras, professores de apoio e professores do AEE, instrutores de Libras, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes e outros profissionais, conforme o perfil dos estudantes.

Caminhos possíveis:

- Definir critérios para a alocação de intérpretes e guias-intérpretes considerando, de forma integrada, as necessidades comunicacionais dos estudantes, o grau de autonomia linguística e a organização da oferta educacional, sendo fundamental avaliar previamente o perfil dos estudantes PAEBS; esse planejamento deve, ainda, contemplar a mediação de comunica-

ção entre professores surdos e familiares, assegurando acessibilidade nas interações com as famílias, bem como prever a atuação desses profissionais na produção e na adaptação de materiais acessíveis destinados aos estudantes PAEBS.

- Evitar a substituição indevida da docência por serviços de interpretação.

3.3. Avaliação

Os processos avaliativos na Educação Bilingue de Surdos devem respeitar as especificidades linguísticas, identitárias e culturais dos estudantes, evitando práticas que reforcem desigualdades.

Caminhos possíveis:

- Garantir que professores responsáveis pela avaliação tenham fluência em Libras e compreensão dos processos de aquisição linguística dos estudantes surdos.
- Alocar profissionais com maior experiência em turmas que demandam adequações avaliativas mais complexas.
- Promover formação continuada articulada às práticas avaliativas da rede.

3.4. Cultura surda e protagonismo surdo

Reconhecer a cultura surda e promover o protagonismo surdo são princípios fundamentais da modalidade.

Caminhos possíveis:

- Valorizar a presença de profissionais surdos nas equipes escolares e de gestão.
- Considerar a experiência cultural e comunitária como critério complementar na alocação.
- Criar espaços institucionais de participação da comunidade surda.

3.5. Formação dos profissionais

A formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Bilíngue de Surdos deve estar articulada às necessidades reais da rede.

Caminhos possíveis:

- Planejar a formação a partir do levantamento da distribuição dos profissionais.
- Priorizar a formação de equipes que atuam diretamente com estudantes surdos.
- Garantir que os profissionais formados permaneçam, sempre que possível, em contextos de atuação compatíveis.



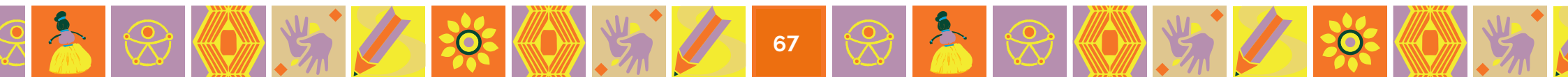
3.6. Diversidade de formas de oferta

As redes de ensino organizam a Educação Bilíngue de Surdos de diferentes formas, o que impacta diretamente a alocação de profissionais.

Caminhos possíveis:

- Definir critérios diferenciados de alocação conforme o tipo de oferta (escola bilíngue de surdos, classe/turma bilíngue de surdos, Escola-Polo).
- Evitar a dispersão excessiva de profissionais especializados.
- Planejar a atuação itinerante de equipes, quando necessário, de forma articulada.

A Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos ainda não está oficializada em ato normativo específico, mas algumas estratégias já vêm sendo implementadas, como a formação de professores e a destinação de recursos às escolas. No quadro abaixo, são apresentadas algumas iniciativas recentes:



Iniciativas do MEC relativas à Educação Bilingue de Surdos³⁸

1. O Programa Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Renafor) promove a formação continuada de professores da Educação Básica, com foco na Educação Bilíngue de Surdos. Por meio de parcerias com instituições de ensino superior (IES), o objetivo é qualificar a prática docente e fortalecer o ensino público. Entre 2023 e 2025, houve uma significativa expansão na oferta de cursos e vagas, alcançando, ao final do período, o total de 21 cursos e 16.750 vagas ofertadas.
2. Nesse contexto, também foram desenvolvidas boas práticas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com apoio da DIPEBS, por meio de campeonatos e concursos de produções artísticos-literário e narrativas em Língua de Sinais, promovendo o protagonismo dos estudantes PAEBS e alcançando mais de 700 docentes.
3. Em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), foram aprovados 14 cursos e 590 licenciaturas em Educação Bilíngue de Surdos nas cinco regiões do país.
4. O Parfor Equidade, política da Capes em articulação com a Secadi e com contribuição da DIPEBS, atua na formação inicial de professores, promovendo equidade na Educação Básica. Na área da Educação Bilíngue de Surdos, o Edital nº 23/2023 viabilizou a oferta de licenciaturas específicas em 14 instituições, totalizando 590 vagas, ampliando o acesso à formação superior e fortalecendo a qualificação docente em perspectiva bilíngue.

No que se refere à alocação dos professores, cada rede deverá avaliar como estas formações e recursos serão distribuídos entre diferentes professores e unidades escolares. É fundamental que a formação seja pensada de maneira integrada com a alocação, garantindo que todos os estudantes surdos, surdos-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades/superdotação, por exemplo, tenham acesso a bons professores

e aos recursos em sala de aula. Nesse sentido, a alocação é um importante passo para uma política educacional equitativa, dado que é na distribuição desses recursos que estudantes mais vulneráveis necessitam de uma política de discriminação positiva.

Assim, além de observar as condições gerais e a qualidade da oferta (como o tipo de escola e a qualificação de professores

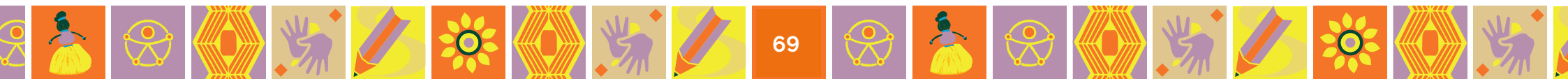
.....
38. Informações fornecidas pela DIPEBS/Secadi.

bílingues e fluentes em Libras), é preciso analisar como os professores e recursos pedagógicos estão sendo distribuídos para os diferentes estudantes. Estudantes que demandam mais atenção precisam de professores com mais experiência, melhor formação e mais recursos. A alocação, assim, precisa de um olhar específico dos gestores públicos, que necessitam direcionar os recursos de maneira estratégica e intencional com o objetivo de diminuir as desigualdades.

A alocação equitativa de profissionais na Educação Bilíngue de Surdos é um processo contínuo, que exige monitoramento, avaliação e ajustes permanentes. Sobre tudo para gestores de redes pequenas e médias, trata-se de um exercício de escolhas estra-

tégicas, orientadas por princípios de equidade, direito linguístico e valorização da diversidade.

Ao integrar diagnóstico, planejamento e ação, as Secretarias de Educação podem avançar na garantia do direito à Educação Bilíngue de Surdos, fortalecendo a política pública e promovendo trajetórias educacionais mais justas e inclusivas. Além da alocação, os profissionais precisam de formação, condições de trabalho, apoio, remuneração adequada, entre vários outros pontos que fazem parte da gestão estratégica de pessoas. No próximo capítulo, será aprofundado um tema correlato: a formação desses profissionais.



9. Formação de profissionais da educação

Carolina Campos³⁹

Maria Luiza Alessio⁴⁰

Renata Grinfeld⁴¹

A dimensão da formação continuada de professores e professoras é central para a garantia dos direitos à educação e à aprendizagem de qualidade. A profissão docente exige reflexão constante sobre a prática a fim de garantir as melhores condições de aprendizagem aos estudantes, o que está diretamente relacionado às melhores condições de ensino. Portanto, pensar em formação continuada é pensar em uma formação em serviço estabelecida regularmente no contexto de trabalho. Eventos pontuais como a jornada pedagógica – que costuma acontecer no início e no meio do ano – ou cursos curtos específicos são ótimas fontes de atualização das práticas docentes e são complementares à formação em serviço, mas não a substituem.

Este documento é um convite à reflexão sobre a centralidade da dimensão formativa na política educacional da rede. A formação continuada é lugar de encontro entre profissionais, entre a teoria, prática e saberes comunitários. É lugar de compartilhamento de desafios e de possibilidades e, por isso, destacamos também seu caráter coletivo. Como coloca Nóvoa (2023)⁴²:

“A segunda característica do conhecimento profissional docente é a sua *natureza coletiva*, o fato de se constituir no interior de uma profissão ou, melhor dizendo, de um coletivo profissional. (...) A passagem de uma identidade individual a uma constituição coletiva é essencial para a emergência

.....

39. Educadora e advogada, foi Secretária Municipal de Educação em Gravatá/PE. Atualmente é Diretora Executiva do Vozes da Educação e consultora junto ao MEC e ao Banco Mundial.

40. Professora aposentada pela UFRPE. Foi Secretaria de Educação do Recife e Diretora de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do MEC.

41. É graduada em Psicologia, Pedagogia e mestre em Educação na área de Políticas Públicas e Gestão, pesquisadora de oportunidades educacionais e turmas multisseriadas. Atualmente é coordenadora pedagógica na Roda Educativa.

42. NÓVOA, António. Professores: libertar o futuro. São Paulo: Diálogos Embalados, 2023.



de um conhecimento profissional docente. É indispensável valorizar os diálogos e encontros profissionais e os dispositivos que permitem a cooperação e a colaboração ou, dito de outro modo, que permitam um trabalho de reflexão, de partilha e de análise, no seio de 'comunidades de conhecimento' organizadas por professores". (p.67)

A Educação Bilíngue de Surdos no Brasil é regulamentada por um conjunto de instrumentos normativos. Esse contexto legal exige a presença de professores bilíngues e fluentes em Libras, bem como profissionais da educação capacitados para atuar com consciência linguística e competência sociocultural nas especificidades desta modalidade educacional, preferencialmente professores surdos. Essa realidade coloca um desafio ao gestor público de garantir a formação de docentes capacitados para essa tarefa.⁴³

1. PRINCIPAIS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

A Educação Bilíngue de Surdos (EBS) requer profissionais com sólida formação, tais como graduação em Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos; Pedagogia Bilíngue Libras-Português; Licenciatura Letras/Libras, e outras graduações relacionados à área de Libras, além de domínio das especificidades da educação de surdos e práticas adequadas para o ensino de português

como segunda língua. No entanto, na realidade das redes de ensino no país encontramos muitos desafios nesta modalidade para serem equacionados e resolvidos:

– Domínio insuficiente de Libras como primeira língua do estudante PAEBS, uma vez que a maioria dos professores não tem fluência plena em Libras, tendo aprendido a língua apenas em cursos introdutórios e não compreendendo a realidade cultural da comunidade surda. Sem fluência e sem compreensão da cultura surda, é difícil planejar atividades em perspectiva de ensino bilíngue tendo a Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino.

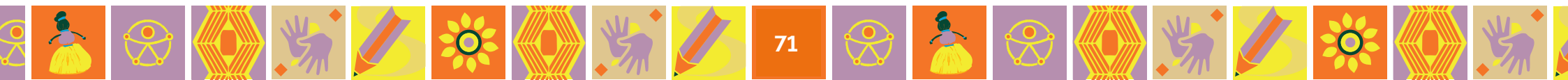
– Falta de formação específica em Educação Bilíngue de Surdos e/ou Pedagogia Bilíngue

Grande parte dos cursos de pedagogia e licenciaturas inclui Libras apenas como disciplina obrigatória, e não como eixo formativo, e não aprofunda temas como aquisição da linguagem em crianças surdas, ensino de segunda língua (L2) para surdos, didática da língua portuguesa escrita como L2 e letramentos visuais.

– Escassez de professores surdos que possam ser referências linguísticas para os alunos

Muitos sistemas educacionais não têm concursos que garantam acessibilidade linguística para docentes surdos, apresentam barreiras estruturais para contratação e mantêm poucos profissionais

.....
43. Marco Referencial de Equidade na Educação: Política de Educação Bilíngue de Surdos – Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pacto-eja/politicas-educacao-bilingue-de-surdos.pdf>. Acesso em 26/11/25.



bilíngues qualificados e fluentes em libras. É necessário adequar os sistemas avaliativos de concursos públicos e processos seletivos, prevendo a aplicação de provas práticas e didáticas em Libras, com atribuição de maior pontuação às etapas práticas em relação às teóricas, de modo a assegurar contratações adequadas.

– Formação continuada ainda insuficiente nas redes de ensino

Muitas formações oferecidas pelas redes de ensino são pontuais, teóricas e desconectadas do cotidiano escolar, não abordam práticas bilíngues reais e não trabalham didáticas específicas para estudantes PAEBs. São necessárias formação continuada prática e colaborativa e parcerias com comunidades e associações surdas. A maioria dos professores não recebeu formação específica em Educação Bilíngue de Surdos para ensinar a língua portuguesa escrita como segunda língua, trabalhar com alfabetização visual, utilizar metodologias específicas alinhadas à cultura surda e empregar práticas pedagógicas apoiadas em recursos visuais, bem como para explorar, de forma sistemática, as relações entre a Libras (L1) e a língua portuguesa escrita (L2). Soma-se a isso a necessidade de compreender que todas as disciplinas são organizadas em regime de ensino bilíngue, no qual a Libras é a língua de instrução, interação, comunicação e ensino. Essas lacunas formativas impactam diretamente a aprendizagem da Libras e da língua portuguesa escrita.

– Pouco entendimento institucional sobre o modelo bilíngue de surdos

Muitas escolas e gestores confundem educação bilíngue de surdos com ensino com intérprete, não entendem a necessidade de

classes/turmas bilíngues e de ambientes visuais, não organizam tempos e espaços adequados e não estimulam o trabalho colaborativo entre professores. A Libras enquanto língua de instrução ofertada na modalidade EBS, transcende sua função comunicativa no cotidiano escolar, desempenhando um papel fundamental na organização do processo pedagógico. Sua utilização deve permeiar todas as dimensões do ensino, incluindo as estratégias metodológicas, os materiais didáticos e os instrumentos de avaliação. Tais práticas pedagógicas são de responsabilidade do professor bilíngue e fluente em Libras, favorecendo o desenvolvimento linguístico, social, cognitivo e cultural dos estudantes PAEBs.



– Baixa articulação entre teoria, prática e comunidade surda

A formação muitas vezes não envolve a participação ativa de lideranças surdas, vivências culturais em espaços surdos e reflexões críticas sobre identidades e direitos linguísticos. Dessa forma, o professor não se identifica com o contexto sociocultural em que vai atuar.

– Pouca consolidação de políticas públicas para formação bilíngue de surdos

Apesar dos avanços nas políticas de formação e ofertas da Secadi, ainda existem lacunas na oferta de cursos de especialização, pouca padronização na formação bilíngue e muitas disparidades de oferta entre regiões do país. É necessário fortalecimento de políticas de formação em escala e sustentáveis.

Temos ainda os desafios estruturais e organizacionais da gestão, pois em muitos municípios, devido ao número reduzido de estudantes PAEBS e de profissionais com alguma formação ou experiência em cada série, a solução poderá ser organização de turmas multisseriadas em escolas de referência, sendo uma solução prática que pode garantir o acesso à EBS, principalmente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, garan-

tindo também a socialização com outros estudantes. Essa opção pode ajudar a criar um ambiente linguístico e culturalmente rico, essencial para o desenvolvimento integral desses estudantes, o que nem sempre é possível em classes comuns inclusivas (LIMA, 2019)⁴⁴.

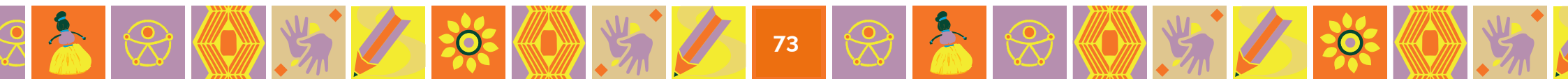
Por outro lado, temos o desafio de articular essa formação com as demais políticas de equidade, necessárias para a plena inclusão do estudante surdo, levando em consideração as questões étnico-raciais, territoriais, de violação de direitos, entre outros. Nesse sentido, material de apoio pode ser encontrado nos livretos preparatórios sobre o Marco de Equidade na Educação.⁴⁵

Enfim, é necessário o monitoramento do planejamento para acompanhar a aplicação das práticas e garantir o replanejamento necessário. Para isso a equipe gestora deve ter um processo de avaliação para acompanhar como as formações estão sendo aplicadas em sala de aula, promover observação de aulas bilíngues, estabelecer momentos de devolutiva e reflexão crítica e replanejar o percurso formativo conforme avanços, necessidades e limites do plano (SANTOS; KARNOPP, 2025)⁴⁶.

44. LIMA, Marisa Dias. Política educacional e política linguística na educação dos e para os surdos. 2018. 454f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24583>. Acesso em 26/11/25.

45. Livretos preparatórios sobre o Marco de Equidade na Educação – Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/marco-referencial-de-equidade/livretos-preparatorios>. Acesso em 26/11/25.

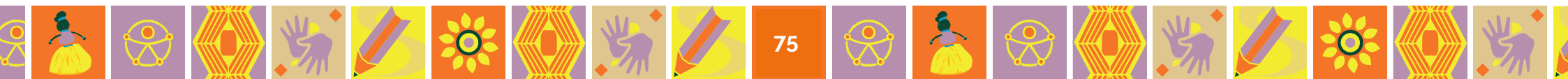
46. SANTOS, L. F., KARNOPP, L. B. Formação de Professores Surdos: Perspectivas Sobre Instrumento de Avaliação, Narrativas e Ensino de Libras. (2025). Em *SciELO Preprints*. Disponível em <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13266>. Acesso em 26/11/25.



3. ORGANIZAÇÃO DA FORMAÇÃO: ANTES, DURANTE E DEPOIS

	ANTES: DIAGNÓSTICO, PACTUAÇÃO E PREPARAÇÃO INTEGRADA ENTRE TODOS OS ATORES/SUJEITOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO	DURANTE: DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	DEPOIS: DEVOLUTIVAS, CONTINUIDADE E FORTALECIMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA
SECRETARIA E/OU EQUIPE TÉCNICA	Em diálogo com a comunidade escolar: • Diagnosticar o perfil dos professores (fluência em Libras, compreensão da prática e da metodologia de ensino bilíngue, experiência prévia com estudantes surdos, desafios no ensino de português como L2), no ensino da Libras e das demais disciplinas, que devem ser organizadas tendo a Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino. • Levantar dados da demanda potencial para educação bilíngue de surdos. • Planejar plano específico de formação bilíngue alinhado à epistemologia surda, à legislação e às metas educacionais. • Definir cronograma, metodologia e critérios de acompanhamento.	• Ofertar formação sólida em Educação Bilíngue de Surdos: cursos regulares, instrutores e professores surdos, oficinas de comunicação visual, práticas discursivas e interações reais em Libras. • Desenvolver formação sobre ensino de português como L2 e alfabetização visual/multimodal. • Promover integração (encontros sistemáticos, pequenos seminários, rodas de trocas de experiências etc.) entre professores bilíngues surdos e ouvintes, intérpretes de libras, guia-intérprete de libras, instrutores e coordenação pedagógica. • Fortalecer práticas interculturais e discussões sobre identidade e cultura surda. • Firmar parcerias com universidades, institutos federais, centros de pesquisa e instituições da comunidade surda.	• Realizar devolutivas às escolas, avaliando impacto da formação e necessidades emergentes. • Ajustar plano de formação conforme avanços e dificuldades. • Monitorar a continuidade do desenvolvimento docente em todas as disciplinas, garantindo o uso da Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino. • Acompanhar e fortalecer classes/turmas bilíngues, garantindo ambiente linguístico adequado.

	ANTES: DIAGNÓSTICO, PACTUAÇÃO E PREPARAÇÃO INTEGRADA ENTRE TODOS OS ATORES/SUJEITOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO	DURANTE: DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	DEPOIS: DEVOLUTIVAS, CONTINUIDADE E FORTALECIMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA
GESTORES ESCOLARES E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	• Identificar necessidades reais dos docentes e da escola para implementação da educação bilíngue de surdos. • Levantar perfil linguístico e pedagógico dos professores. • Organizar pactuação interna sobre tempos de formação, prioridades e recursos necessários. • Preparar estrutura escolar para práticas pedagógicas em perspectiva de ensino bilíngue e epistemologia surda e para uso de recursos sob a ótica da pedagogia surda. • Garantir espaço de participação da comunidade na criação de ações e no planejamento.	• Acompanhar e apoiar a participação dos professores nas formações. • Promover práticas interculturais, rodas de estudo e reflexão sobre cultura surda na escola. • Mediar trabalho colaborativo entre professores bilíngues surdos e ouvintes, intérpretes de Libras, guia-intérprete de Libras, instrutores e coordenação pedagógica. • Garantir condições para a implementação das práticas pedagógicas em perspectiva de ensino bilíngue e para uso pedagógico da Libras.	• Acompanhar aplicação das práticas na sala de aula. • Realizar devolutivas, registros e ajustes no planejamento pedagógico. • Criar espaços contínuos de estudo e acompanhamento da formação. • Organizar, quando necessário, turmas multisseriadas para favorecer ambiente linguístico bilíngue.
PROFESSORES	• Contribuir para o diagnóstico indicando nível de fluência em Libras, dificuldades no ensino de L2 e necessidades formativas. • Estudar perfil e necessidades dos estudantes PAEBs.	• Participar de cursos e oficinas de Libras e práticas visuais. • Aplicar estratégias específicas de ensino da língua portuguesa escrita como segunda língua (L2) e de todas as disciplinas escolares, as-	• Implementar e registrar os resultados das práticas bilíngues. • Compartilhar experiências e ajustes necessários com a gestão e secretaria.



	ANTES: DIAGNÓSTICO, PACTUAÇÃO E PREPARAÇÃO INTEGRADA ENTRE TODOS OS ATORES/SUJEITOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO	DURANTE: DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	DEPOIS: DEVOLUTIVAS, CONTINUIDADE E FORTALECIMENTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA
PROFESSORES	Participar da pactuação temática e metodológica da formação.	segurando a Libras como língua de instrução, interação, comunicação e ensino. - Desenvolver projetos colaborativos com professores surdos e ouvintes, intérpretes de Libras, guias-intérpretes de Libras, instrutores e profissionais bilíngues, colegas de outras áreas. - Desenvolver e testar metodologias e práticas pedagógicas em perspectiva de ensino bilíngue e epistemologia surda e explorar recursos sob a ótica da pedagogia surda.	Participar do processo de acompanhamento e formação contínua, mantendo estudo sistemático em Libras e L2.
COMUNIDADE/ LIDERANÇAS/ CONSELHO ESCOLAR	- Contribuir com informações sobre a demanda local e características culturais das crianças surdas da comunidade (etnias, condições socioeconômicas e diversidade profissional da população do território). - Apoiar a pactuação para criação e fortalecimento de espaços bilíngues.	- Participar de ações culturais, eventos e projetos envolvendo a comunidade surda. - Apoiar atividades de imersão e interação em Libras dentro e fora da escola.	- Avaliar impactos na inclusão e desenvolvimento dos estudantes PAEBs. - Participar de processos de continuidade e fortalecimento de vínculos com a comunidade surda. - Apoiar permanência e engajamento das famílias.



1. RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

a. Apropriação plena dos conceitos sobre Educação Bilíngue de Surdos

– Na construção de uma proposta de formação, é essencial alinhar os entendimentos: Libras como primeira língua (L1), língua portuguesa escrita como segunda língua (L2), educação bilíngue de surdos e ensino regular com proposta educacional própria e reconhecimento da cultura e identidade surda.

b. Formação linguística contínua em Libras – Não se trata apenas de um curso de Libras, mas de uma formação progressiva, com ênfase no seu uso pedagógico. Contato cotidiano com surdos sinalizantes fluentes, com domínio de Libras natural e preciso da gramática e das expressões corporais/faciais e, como se trata de um processo de longo prazo e não de uma capacitação pontual, exige avaliação contínua da proficiência.

c. Professores e formadores surdos com protagonismo na formação – Promovendo assim a valorização do saber da comunidade surda e trocas diretas entre experiências surdas e ouvintes.

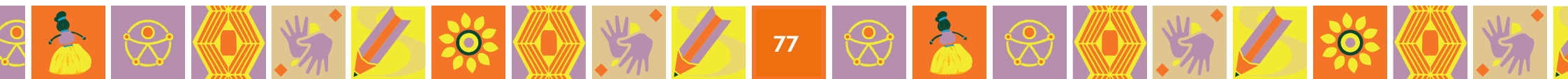
d. Institucionalização da formação continuada para a educação bilíngue de surdos como política permanente da rede

– Garantindo tempo na carga horária docente, incentivos à formação (valorizando a certificação na progressão na carreira), continuidade ao longo dos anos e articulação com universidades e centros de pesquisa. Sem apoio institucional, a formação vira esforço individual isolado.

e. Utilização de tecnologias educacionais de forma estratégica na formação docente

– Promovendo cursos híbridos e on-line em Libras, plataformas com vídeos sinalizados, comunidades virtuais de prática, acervos digitais bilíngues, uma vez que a tecnologia amplia o acesso, especialmente em regiões com poucos especialistas.

Para que cada um dos estudantes tenha seus direitos a uma educação bilíngue de surdos assegurados, são necessárias mudanças efetivas nas relações dentro de cada escola, uma vez que a responsabilidade de garantir esses direitos não é exclusiva do professor. A compreensão sobre o papel da escola e da comunidade é essencial para que as estratégias de ação a serem adotadas reflitam o engajamento de cada um dos atores: professores, direção, coordenadores pedagógicos, profissionais não docentes, pais, alunos e toda a comunidade em torno da escola. Estratégias que assegurem a incorporação dos valores da inclusão demoram certo tempo para amadurecer institucionalmente e no fazer profissional.



São muitos os caminhos e desafios para enfrentarmos as dificuldades da construção de uma cultura bilingue inclusiva, mas devemos destacar as políticas intersetoriais extremamente necessárias para elevar a qualidade de vida dos estudantes, das famílias e das comunidades, tais como políticas de saúde, cultura, segurança, desenvolvimento social, entre outras.

A formação dos professores deve, portanto, ser vista como uma das condições necessárias e indispensáveis para o aprimoramento dos processos de aprendizagem que garanta o direito fundamental dos nossos estudantes. A equipe gestora escolar deve criar

possibilidades de diálogo para estar em sintonia com a forma de organização da escola, de permitir que condições objetivas sejam criadas em cada espaço escolar para que todas as potencialidades no trabalho da educação bilingue de surdos sejam desenvolvidas e alcançadas. Se a formação for baseada em um formato no qual todos assumam responsabilidades mútuas e, sobretudo, se houver espaço para socialização dos sucessos alcançados e isso for sempre estimulado, teremos, certamente, as transformações almejadas.



10. Monitoramento e avaliação da educação

Ana Lorena Bruel⁴⁷

Valéria Lopes⁴⁸

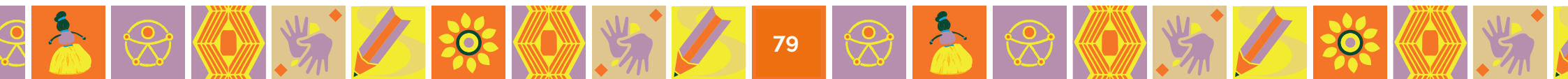
A dimensão sobre avaliação e monitoramento encerra este caderno de forma intencional. É por meio da realização de monitoramento contínuo em cada etapa de definição, elaboração e execução da política educacional que se poderá avaliar a qualidade, a adequação, a pertinência e a relevância das dimensões abordadas nos capítulos anteriores: as concepções relativas às modalidades educacionais, o pacto federativo entre os entes e a divisão de responsabilidades, as características de oferta, os aspectos do financiamento, o planejamento, a garantia de matrícula, a alocação docente em escolas e turmas e a formação continuada, a partir de uma perspectiva de articulação entre dimensões teórico-político-pedagógicas, legais e práticas.

A multiplicidade de ações possíveis e o reconhecimento do poder de decisão de agentes que atuam em diferentes níveis da burocracia educacional se apresentam como fatores importantes para compreender que as políticas educacionais se constroem a muitas mãos, na interação entre múltiplos agentes e para atender demandas, o que confere singularidade a cada estado, município, território e escola.

A avaliação e o monitoramento das políticas locais assumem um papel de destaque, uma vez que é preciso acompanhar as decisões, ações e resultados das políticas implementadas a fim de verificar:

.....
47. Professora na UFPR nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Política, Planejamento e Gestão da Educação. Doutora em Educação pela UFRJ e Pós-Doutora na Universidade de Bordeaux-França.

48. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, consultora independente, ganhadora do Prêmio Jabuti Acadêmico 2025 na categoria Educação e Ensino.



- ☐ Em que medida atendem e respondem às demandas das comunidades? Atingem os objetivos proclamados? Mostram-se adequadas e mobilizam os recursos necessários para sua realização?
- ☐ Que efeitos (esperados e não esperados) produzem sobre a realidade?
- ☐ Que outras demandas surgem de sua implementação ou ainda não estão sendo reconhecidas e atendidas?
- ☐ Como as políticas implementadas contribuem para a garantia de direitos educacionais, melhoria de qualidade, redução de desigualdades e promoção da equidade?

AVALIAR E MONITORAR SÃO A MESMA COISA?

A avaliação é a sustentação da tomada de decisão, pois permite conhecer, acompanhar, descrever, analisar, julgar, induzir ações e mobilizar as pessoas. Já o monitoramento é parte fundamental desse processo. Trata-se do movimento contínuo de coleta, armazenamento e tratamento sistemático, organizado e permanente de dados e informações, o que permite avaliar, julgar e tomar decisões. Por meio da coleta regular de dados e informações é possível conhecer, descrever e analisar a situação que se tem e as tendências possíveis num contexto específico.

Há muito por fazer para que a avaliação impacte os cotidianos e se torne uma atividade imprescindível para o combate às desigualdades e para a promoção da equidade social, como deve ser. As

escolhas do que avaliar, como, quando e por quem são definições políticas que conduzem a definições metodológicas. Então, se a intenção é avaliar as aprendizagens de estudantes, é possível utilizar instrumentos como provas, seminários, autoavaliações etc.; se o propósito é avaliar a execução do plano municipal, distrital ou estadual de educação, os instrumentos e procedimentos vão desde a análise de dados de matrícula e desempenho escolar até a consulta às comunidades escolares e demais interlocutores sociais.

No ciclo da política pública educacional é preciso monitorar e avaliar cada etapa, em cada uma das frentes de trabalho: gestão, currículo, financiamento, formação, infraestrutura, pessoal, etc.

Ciclo da política pública educacional



Fonte: elaboração da autora.



As etapas do ciclo de políticas muitas vezes são realizadas simultaneamente. Trata-se de um ciclo contínuo, que se retroalimenta e que está em constante produção. Diferentes contextos se imbricam nos processos de produção da política, os contextos de influência (tomada de decisão), produção de textos (definição de planos, elaboração de orientações e normas) e prática (realização da ação, oferta escolar, atendimento dos estudantes e da comunidade).

Em todo o ciclo das políticas educacionais o papel do dirigente municipal, distrital ou estadual é fundamental. Para garantir que as políticas educacionais, o seu monitoramento e a sua avaliação possam ocorrer com mais contexto e do modo mais próximo possível das necessidades, demandas e expectativas de estudantes e suas famílias, será necessário realizar consultas e criar condições objetivas para a participação de representações das comunidades diretamente envolvidas com as modalidades educacionais nas instâncias de decisão, gestão e execução.

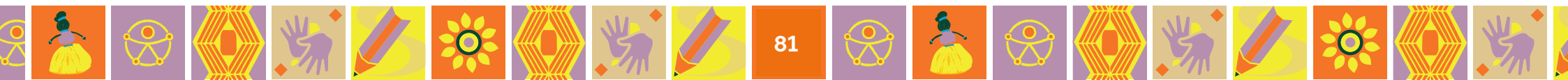
Para a composição de um panorama geral da educação no município, estado ou Distrito Federal, estão disponíveis dados sobre

acesso (matrículas e distorção idade-série-ano), desempenho escolar (aprovação, reprovação e abandono), fluxo escolar e trajetórias dos estudantes (retenção, evasão e migração para EJA), infraestrutura escolar (condições de estrutura das escolas, equipamentos, disponibilidade de materiais pedagógicos), docentes (condições de trabalho, planos de carreira, remuneração, contratação de professores efetivos por meio de concursos públicos), gestão democrática (participação da comunidade nas decisões), funcionamento de instâncias colegiadas, escolha de diretores e, em alguns casos, sobre os resultados dos estudantes em avaliações externas e em larga escala (proficiência, informações contextuais, dados socioeconômicos). Cada uma dessas taxas e/ou indicadores permite conhecer diferentes aspectos da qualidade da educação no município, estado ou Distrito Federal e também seus desafios.

Demandar que secretarias de Saúde, Assistência Social e outras pastas, nos níveis municipal, distrital e estadual, disponibilizem informações para a Secretaria de Educação é uma ação de articulação muito importante quando se trata do monitoramento dos dados e da abrangência que permite avaliar e tomar decisões.

Um bom exemplo de monitoramento de políticas públicas está sistematizado nos relatórios de ciclos de monitoramento do Plano Nacional de Educação⁴⁹. Os relatórios abordam cada uma das metas e seus indicadores, apresentando resultados de séries históricas e com a análise de seus resultados.

.....
49. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pne>. Acesso em 05.dez.2025.



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO NA/DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

A disponibilização de dados e informações sobre a Educação Bilingue de Surdos se dá nas mesmas fontes que para os demais dados educacionais (Inep, IBGE, sistemas estaduais, distrital e municipais de dados educacionais e nas demais secretarias de governo). Destaca-se que, em 2024, além dos dados usualmente disponíveis, foram coletados e disponibilizados dados da Pesquisa Suplementar sobre Diversidade e Inclusão⁵⁰, da qual participaram 93% dos estabelecimentos e das matrículas na educação pública e também a divulgação dos Painéis de Diagnóstico e Monitoramento sobre a Política Nacional de Equidade⁵¹.

Há uma construção importante que pode contribuir para a consolidação de levantamentos específicos sobre a modalidade de Educação Bilingue de Surdos. Muitas das informações já disponíveis podem ajudar a buscar novos olhares sobre como as trajetórias escolares de estudantes-público da Educação Bilingue de Surdos e as condições de oferta podem contribuir para a reflexão sobre o que é qualidade na oferta da Educação Bilingue de Surdos em escolas bilíngues de surdos e classes/turmas bilíngues de surdos.

A participação dos municípios, do Distrito Federal e dos estados, em regime de colaboração, na implementação da Política de Educação Bilingue de Surdos é um pressuposto e demanda

iniciativas articuladas em diferentes instâncias de gestão da educação, visando sua plena implementação nos territórios e o enfrentamento dos desafios já identificados e também aqueles que poderão ser identificados a partir de seu monitoramento e de sua avaliação em cada escola, território, município e estado.

As principais fontes para a elaboração de uma avaliação da Política de Educação Bilingue de Surdos são encontradas nas leis e normas já aprovadas (enquanto normativas específicas não são aprovadas), como a própria Lei nº 9.394/96 (LDB), em particular os artigos 60-A, 60-B, 78-A e 79-C, e a Lei nº 10.436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

É preciso reconhecer que há um acúmulo importante de informações, embora também se identifiquem lacunas, com relação a questões para as quais não há consenso ou aspectos que permanecem na invisibilidade das políticas, como a definição de Diretrizes Curriculares Nacionais ou ainda de indicadores de rendimento para o contexto da Educação Bilingue de Surdos. Questionar e elaborar novas perguntas sobre a realidade já conhecida é central para desnaturalizar situações que parecem usuais e, por isso, se tornam invisíveis no cotidiano.

Os objetivos da Educação Bilingue de surdos devem ser considerados como os filtros que compõem a definição da agenda políti-

50. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/inep-divulga-resultado-de-pesquisa-sobre-diversidade-e-inclusao>. Acesso em 05.dez.2025.

51. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq/diagnostico-de-equidade-na-educacao>. Acesso em 05.dez.2025.

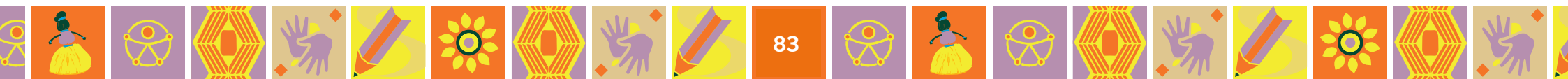
ca ou de governo, seu ponto de partida e de chegada. Para o alcance de cada um deles será preciso conhecer a situação que se tem e definir em quais aspectos se poderá atuar com os recursos disponíveis. Trata-se de um mergulho nas escolas para conhecer suas realidades.

A seguir apresentam-se sugestões de aspectos a serem investigados para compor um bom panorama da educação no município, estado ou Distrito Federal. São questões orientadoras para as quais os dirigentes poderão não ter respostas imediatas. Nesses casos, é importante que essas questões permaneçam na agenda política da educação, na forma de metas a serem alcançadas, temas a serem debatidos ou mesmo como chaves para a organização de diversas iniciativas.

Por exemplo, se não há oferta de escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos em escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, é preciso elaborar um passo a passo para viabilizar a oferta no menor tempo possível; se não há no currículo escolar expressões da valorização da cultura e identidade surda, é preciso que esse debate seja incluído no currículo para

que isso ocorra; se a gestão escolar não realiza encontros regulares com a comunidade escolar, é preciso orientar as escolas e apoiar a elaboração de pautas para que essas reuniões ocorram.

Assim, as questões orientadoras não são um questionário a ser respondido, mas um grande roteiro que visa mobilizar as gestões educacionais para cumprir seu papel e investigar, conhecer, tomar decisões e agir para a garantia da qualidade, da equidade e do direito à educação para todos.



Quadro 1 – Aspectos a serem considerados para o diagnóstico da situação das escolas que ofertam EBS

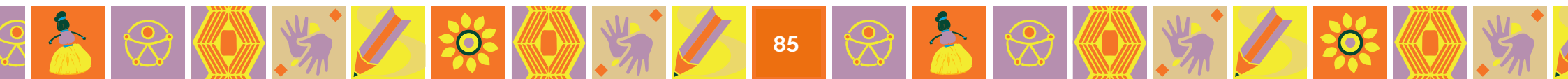
Dimensão	Questões orientadoras
Oferta	• Há oferta de EBS nas escolas municipais, distritais e estaduais (urbanas e em escolas do campo)? • A oferta está organizada em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos em escolas comuns ou em Escolas-Polo? • Quais etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) são atendidas em cada uma das escolas? • A Libras é a língua de instrução, interação, comunicação e ensino nos diferentes espaços da escola? • Cartazes e murais utilizam linguagem visual? • Há oferta da modalidade de EBS em diferentes turnos? • Há oferta de EBS em tempo integral?
Infraestrutura	• Quais as condições de infraestrutura física (salas de aula, biblioteca, laboratórios bilíngues/audiovisuais, refeitório, quadra esportiva, pátio, saneamento, água potável, energia elétrica, internet)? • Quais as condições de infraestrutura tecnológica para atividades de ensino (computadores, câmeras com boa resolução de imagem, acesso à internet, programas específicos para produção de vídeos em libras)? • Quais as condições de infraestrutura pedagógica (existem equipamentos e estão em funcionamento)? • Quais materiais estão disponíveis (literatura em libras, materiais pedagógicos em libras, jogos, materiais de laboratórios etc.)? • Encontram-se materiais didáticos específicos para o trabalho com estudantes-público da EBS (vídeos em Libras, materiais visuais, literatura surda)? • Há recursos de acessibilidade arquitetônica nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e na informação?



Dimensão	Questões orientadoras
Apoio ao estudante	• A localização das escolas que ofertam EBS é de fácil acesso? • Como estudantes, docentes e demais trabalhadores da educação chegam às escolas? • Há oferta de transporte escolar com profissionais bilíngues? • Há oferta de alimentação escolar adequada? • Há divulgação de informações e orientação para que os estudantes de ensino médio participem do Enem e do SiSU?

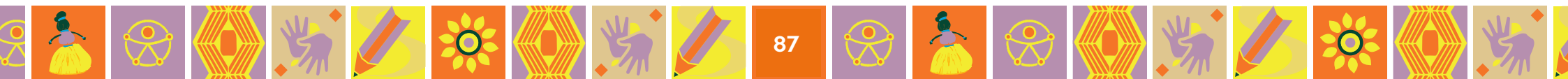
Quadro 2 – Aspectos a serem considerados para o diagnóstico da situação de estudantes que cursam EBS

Dimensão	Questões orientadoras
Acesso e atendimento	• Quais são as taxas de matrícula de estudantes surdos por etapa, modalidade, turno, ano/série ou multissérie, idade, gênero e etnia/raça? • Quantos chegam às escolas em até 10 minutos, saindo de suas casas? E em até 30 minutos? E em mais de 30 minutos? • Há crianças e jovens surdos, surdoscegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades/superdotação ou com outras deficiências associadas (público da EBS) em idade escolar fora da escola? Que não estão sendo atendidos? • Há público da EBS jovem, adulto ou idoso que demande oferta de EJA articulada à educação bilíngue de surdos?



Dimensão	Questões orientadoras
Trajetórias e rendimento escolar	• Quais são as taxas de aprovação, reprovação e abandono? E de evasão? E de distorção idade-série/ano? • Há políticas para redução da reprovação e distorção idade-série/ano? • Qual é a proficiência dos estudantes-público da EBS em Libras em avaliações externas e em larga escala? • No caso de existir avaliação externa e em larga escala no âmbito municipal, distrital e estadual, os estudantes da EBS participam? Em caso afirmativo, como se apresentam os resultados? • Como a gestão trata os resultados das avaliações externas e em larga escala? Como realiza o debate com as escolas sobre os resultados? Como apoia as escolas que apresentam resultados aquém do esperado? • Em quais componentes curriculares os estudantes apresentam melhores resultados de aprendizagem?
Continuidade da escolarização/ relação com o mundo do trabalho	• Os estudantes da EBS se reconhecem como sujeitos de direito? Suas identidades e línguas são respeitadas e valorizadas? • Há divulgação de informação sobre as etapas seguintes da educação básica e sobre acesso à educação superior? • Onde estão os egressos dessas escolas (ingresso nas etapas seguintes da escolarização básica, na educação superior, na educação tecnológica e profissional, no mundo do trabalho)?
Avaliação de aprendizagens	• Estudantes sabem como serão avaliados e como serão produzidas as "notas" ou "conceitos" que informam seus desempenhos? • As avaliações dos estudantes são realizadas em Libras e com uso de recursos visuais? • Há conversas esclarecendo para que servem as avaliações de aprendizagem (avaliação formativa)? • Ao final de um período, quando são divulgados os resultados das avaliações somativas, esses resultados são debatidos, visando sua compreensão para as turmas e individualmente? • São estabelecidos acordos individuais e coletivos para o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem identificadas?

Dimensão	Questões orientadoras
Avaliação de aprendizagens	• Quando são detectadas dificuldades de aprendizagem, são propostas ações para seu enfrentamento (estudantes em situações de produção coletiva, debates e seminários entre estudantes, entre outras)? • A forma como as avaliações das aprendizagens dos estudantes é realizada permite a construção da sua autonomia com relação ao seu próprio processo de formação? • Há pluralidade de instrumentos, suportes e momentos de avaliação?
Acompanhamento de aprendizagens	• As informações sobre os processos de aprendizagem e os resultados das avaliações feitas pelas escolas são tomados como referência para reorganizar as atividades de ensino, de formação docente e de gestão da rede/sistema? • As informações sobre o domínio das áreas de conhecimento pelos estudantes-público da EBS estão identificadas adequadamente pelos docentes, escolas e sistema? • Em quais componentes curriculares os estudantes apresentam melhores resultados de aprendizagem? • Há estratégias de recomposição de aprendizagens para estudantes que ainda não se apropriaram dos conhecimentos fundamentais em cada área? • Há formas de registro das avaliações de aprendizagem que permitam o acompanhamento dos estudantes e a oferta dos recursos, tempos, espaços e oportunidades para novas aprendizagens? • Os resultados das avaliações escolares são objeto de devolutivas pedagógicas para escolas, docentes, estudantes e responsáveis (quando for o caso)? • A forma como as avaliações das aprendizagens dos estudantes é realizada permite a construção da sua autonomia com relação ao seu próprio processo de formação? • As avaliações consideram os três pilares das escolas bilíngues de surdos: linguística, pertencimento ao povo surdo e cultura surda?



Quadro 3 – Aspectos a serem considerados para o diagnóstico da situação do projeto político-pedagógico das escolas que ofertam EBS

Dimensão	Questões orientadoras
Especificidade da EBS no PPP	• Quantas escolas bilíngues de surdos possuem projeto político-pedagógico sistematizado? • As escolas regulares que têm classes bilíngues de surdos e os polos de educação bilíngue de surdos possuem projeto político-pedagógico sistematizado? • As escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos em escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos incorporam as orientações da Secadi/MEC em seus projetos político-pedagógicos? • O projeto pedagógico e o currículo das escolas bilíngues de surdos se apoiam nos três pilares: linguística, pertencimento ao povo surdo e cultura surda? • Nos planos de aula há evidências da incorporação dos pilares da Educação Bilingue de Surdos? • O ensino é realizado em Libras como primeira língua? • Há ensino de língua portuguesa escrita como segunda língua? • A Libras é a língua de instrução, interação, comunicação e ensino em todas as disciplinas escolares e em todos os espaços da escola? • A organização das carteiras em sala de aula é feita em forma de círculo ou semicírculo? Há organização visual das salas de aula? • Quantas escolas têm horário de trabalho pedagógico coletivo para docentes? • As escolas/aulas utilizam metodologias visuais adequadas à EBS?
Valorização de saberes e identidades	• É possível identificar a valorização da cultura surda e identidades do público da educação bilíngue de surdos no currículo escolar, nas diferentes disciplinas e anos escolares? • Há atividades de difusão dos saberes e da cultura surda? • Há comunicação direta em Libras entre profissionais, estudantes e comunidade?



Dimensão	Questões orientadoras
Serviços de AEE, profissional de apoio e guia-intérprete	• Há previsão de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para estudantes da EBS? • Há profissionais de apoio e guia-intérprete para os estudantes que demandam? • Há salas de recursos multifuncionais nas escolas? A oferta é suficiente para atender toda a demanda de estudantes PAEBS (público-alvo da Educação Bilingue de Surdos)?
Enfrentamento de violências	• Como são tratadas, do ponto de vista educacional, as manifestações de preconceito e discriminação? • São admitidos apelidos? São admitidas "brincadeiras" que causam desconforto? • Os modos de enfrentamento do racismo estão previstos no projeto pedagógico? • Os modos de enfrentamento da violência motivada por preconceito contra identidade de gênero e/ou orientação sexual estão previstos no projeto pedagógico? • Os modos de enfrentamento da violência física e verbal estão previstos no projeto pedagógico? • Os modos de enfrentamento do capacitismo contra pessoas com deficiência estão previstos no projeto pedagógico?

Quadro 4 – Aspectos a serem considerados para o diagnóstico da situação de gestão das escolas que ofertam EBS

Dimensão	Questões orientadoras
Atuação e organização interna	• A posição de gestão é ocupada por docente surdo com formação pedagógica em licenciatura? • A gestão escolar organiza as informações da documentação de matrícula dos estudantes (dados de perfil)? • A gestão escolar possui plano de trabalho? Os planos de trabalho incluem as especificidades da EBS? • A gestão escolar avalia o desempenho docente e de demais trabalhadores da escola? • A gestão escolar realiza a autoavaliação escolar? • Todos os profissionais da escola são fluentes em Libras? Como isso é verificado?
Intersetorialidade e relação com o mundo do trabalho	• Há articulação entre políticas de educação, trabalho e assistência social para atendimento do público da educação bilíngue de surdos? • Há oferta de EBS articulada a outras modalidades da educação básica?
Relação com a comunidade	• A gestão escolar realiza reuniões periódicas com a comunidade? • As escolas se articulam com as comunidades surdas? • Como se dá a participação da comunidade escolar e da comunidade surda, em quais situações, utilizando quais instrumentos?



Quadro 5 – Aspectos a serem considerados para o diagnóstico da situação de gestão do sistema

Dimensão	Questões orientadoras
Organização da rede	• Há uma política local municipal, estadual ou distrital para oferta de EBS? • Quem é responsável pela articulação entre a oferta de EBS e a oferta das demais modalidades de ensino nas etapas da educação básica atendidas pelo município e pelo estado? • Quem é responsável por coordenar o trabalho das escolas que ofertam EBS? • Quem é responsável pelo planejamento da oferta, de distribuição de vagas e de recursos, de forma a atender a demanda pela modalidade de EBS? • Como é feita a busca ativa por estudantes surdos que não concluíram a educação básica e se encontram fora da escola?
Intersetorialidade, representatividade e relações federativas	• Quem é responsável por estabelecer estratégias de cooperação e colaboração com outros entes federados? • As gestões municipal, distrital e estadual promovem a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas voltadas ao público da EBS? • Há projetos articulados com a comunidade surda e agentes do mundo do trabalho (empresas, sindicatos, associações...)? • Há assento para representações das modalidades nas instâncias de decisão, execução e acompanhamento (conselhos, comitês, diretorias etc.)?
Formação continuada	• Quem é responsável pela oferta de formação continuada de docentes e demais trabalhadores em educação voltada especificamente para a EBS? • A formação continuada se apoia nos três pilares: linguística, pertencimento ao povo surdo e cultura surda? Quais pilares não estão presentes nos cursos de formação? • Como tem se realizado a formação dos responsáveis pela oferta de formação continuada?
Direitos humanos e ERER	• Há políticas locais de formação para educação antirracista, relações étnico-raciais e equidade? • Há políticas locais para a redução de desigualdades? • Como se dá o engajamento de escolas, docentes, demais trabalhadores em educação, comunidades e estudantes?

Quadro 6 – Aspectos a serem considerados para o diagnóstico da situação de docentes que atuam na EBS

Dimensão	Questões orientadoras
Formação e carreira	• Docentes são fluentes em Libras? Docentes são surdos? • Qual é a formação docente por ano/série/etapa e por componente curricular? • Há plano de carreira? • Os contratos são para professores efetivos e concursados? • Há necessidade de previsão de concurso? • O 1/3 de hora-atividade fora da sala de aula está previsto na carga horária semanal docente? • O salário docente inicial é condizente com a Lei do Piso? • Nos concursos públicos e processos seletivos, há avaliação prática e didática em Libras, com atribuição de maior pontuação às etapas práticas em relação às teóricas, garantindo a contratação adequada de professores bilíngues?
Perfil e atuação docente	• Qual é o perfil dos docentes que atuam na EBS com relação à idade, gênero e etnia/raça? • Docentes conhecem o projeto político-pedagógico da escola? Atuam a partir dos três pilares da EBS: linguística, pertencimento ao povo surdo e cultura surda? • Participam das atividades da escola? • Participam do trabalho pedagógico coletivo? • Realizam o planejamento de suas aulas? • Conhecem as especificidades do trabalho pedagógico na EBS? • Quais condições de trabalho estão garantidas para os docentes? Há reivindicações de docentes com relação às condições de trabalho? • Participam de atividades da comunidade surda? • Conhecem a cultura surda?
Formação continuada	• Há oferta de formação continuada para docentes? • Participam da formação continuada? • Possuem formação específica para atuação na EBS?

Quadro 7 – Aspectos a serem considerados para o diagnóstico sobre o preenchimento do Censo da Educação Básica

Questões orientadoras

- As informações sobre sexo, etnia/raça (cor/raça) e idade de estudantes são adequadamente indicadas no preenchimento do Censo Escolar?
- As matrículas da EBS estão adequadamente contabilizadas nas informações do Censo Escolar?
- As informações sobre deficiências, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação estão adequadamente informadas para todos os estudantes PAEBS?
- As informações sobre recursos para uso de estudantes em sala de aula e para participação em avaliações do Inep (Saeb) estão identificadas adequadamente?
- As informações sobre acessibilidade arquitetônica nos transportes e nos mobiliários são apresentadas no Censo Escolar?
- Pessoas responsáveis pelo preenchimento do Censo Escolar participam frequentemente das formações oferecidas pelo Inep?
- Os registros de matrícula das escolas incluem todas as informações necessárias para o preenchimento adequado do Censo Escolar?

Esses são exemplos de perguntas que poderão ser respondidas pela avaliação educacional. É importante que a gestão escolar das redes e sistemas de ensino busquem essas respostas, pois elas estão diretamente articuladas à oferta de educação com qualidade e equidade. Nem todas precisam ser respondidas ao mesmo tempo, mas será necessário definir por onde começar. Algumas delas podem ser respondidas por meio do levantamento de dados já organizados e disponíveis, enquanto outras demandarão a elaboração de novos instrumentos de consulta às escolas e às comunidades escolares. Quanto mais se puder envolver as pessoas, mais perto se estará de conhecer a qualidade desejada e estabelecer caminhos para chegar lá.

Há exemplos que poderão inspirar a elaboração de instrumentos de coleta de dados:

- i) Instrumentos tipo questionários: Censo Escolar (<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/orientacoes/matricula-inicial>). Pesquisa Suplementar sobre Diversidade e Inclusão, realizada pela Secadi e pelo Inep (<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/inep-divulga-resultado-de-pesquisa-sobre-diversidade-e-inclusao>)
- ii) Instrumentos tipo roteiros participativos: Indicadores da Qualidade na Educação – Ensino Fundamental, Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, Indicadores da Qualidade no Ensino Médio e Indicadores da Qualidade da Educação – Relações Raciais na Escola (<https://indicadoreseducacao.org.br/o-que-e-a-colecao-2/>)

- iii) Sistematização de dados para divulgação: Plano de Monitoramento e Avaliação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (<https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/monitoramento-e-avaliacao/monitoramento-e-avaliacao>)

As ações de avaliação e monitoramento precisam ser realizadas com a participação das comunidades locais e escolares em conjunto com a gestão dos sistemas e das redes municipais ou estaduais.

Indicadores são informações que resumem dados de uma realidade e muitas vezes não são capazes de expressar toda a sua riqueza, mas ajudam a compreender fatores considerados relevantes. A escolha de indicadores ou informações é sempre uma decisão política que decorre da definição de aspectos considerados prioritários. Essas prioridades podem ser diferentes para realidades distintas, mas não podem renunciar aos fatores que caracterizam cada modalidade, às especificidades da população atendida e aos elementos que permitam verificar a produção de equidade por meio da atuação educacional.

Destaca-se que há muitas informações relevantes sobre a oferta e o atendimento das demandas por educação que não se restringem aos resultados das avaliações externas em larga escala. Há, inclusive, uma invisibilidade dos estudantes da modalidade de EBS nessas avaliações. Daí a necessidade de buscar outros indicadores de avaliação dos estudantes, das escolas, das redes

e dos sistemas de ensino que possam ser construídos pela gestão local e se tornem fonte de diagnóstico para devolutivas pedagógicas, para o planejamento da modalidade e para verificar as condições de redução das desigualdades, com o objetivo de reorientar o rumo das ações realizadas.

Os processos de autoavaliação das escolas e redes podem contribuir para localizar boas experiências e práticas inovadoras que inspirem novos sujeitos e instituições a enfrentar os desafios de construção de uma educação com qualidade socialmente referenciada. A política educacional precisa estar comprometida com ações de enfrentamento das desigualdades e de superação das invisibilidades.

Gestores dos sistemas e redes de ensino, gestores escolares, docentes e demais profissionais que atuam nas escolas são responsáveis pela produção da política, pela tomada de decisão e pela ação cotidiana que realiza (ou negligencia) a garantia do direito à educação. Para que a avaliação assuma seu papel de reorientar as práticas e gerar aprimoramento da política, ela precisa ser construída coletivamente, de forma a potencializar o esforço coletivo.

Nessa perspectiva, estados, Distrito Federal e municípios precisam assumir, com apoio e orientação da Secadi/MEC, a responsabilidade pela oferta das modalidades educacionais, atendendo à demanda plural e diversa por educação no país. Coletar, armazenar, analisar dados e informações e tornar isso uma rotina nas secretarias de Educação qualifica a tomada de decisão dos gestores e fortalece a manutenção e a sustentabilidade da Educação Bilingue de Surdos.

11. Conclusão

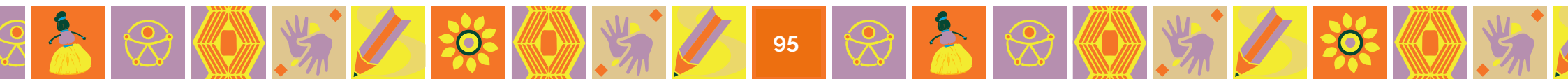
Esperamos que a leitura dos Cadernos de Gestão das Modalidades Educacionais tenha trazido reflexões relevantes e que possam se converter em boas práticas e ações voltadas para a efetiva estruturação e implementação da **Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena, Educação Especial Inclusiva e Educação Bilíngue de Surdos**.

O objetivo não foi apresentar soluções prontas, mas fomentar um debate qualificado e evidenciar diferentes caminhos factíveis que possam ser trilhados. Para isso, esse grupo de especialistas foi convidado para produzir conteúdos relacionados às diretrizes de cada uma das seis modalidades, bem como às sete dimensões da gestão.

Para que os esforços em prol de uma gestão com equidade e qualidade se tornem ainda mais valiosos, reforçamos a importância da leitura conjunta dos seis cadernos. Para ter acesso à coletânea completa, além de outros materiais sobre temas correlatos, acessem: <https://www.gov.br/mec/pt-br/gestao-educacional-para-equidade>.



Espera-se que, após a leitura, vocês (gestores e gestoras) tenham ainda mais subsídios para atuar por uma educação pública mais justa e equitativa!





MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

